

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

CAMILA TORRES ITUASSÚ

**O AFETO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:
Um estudo com trabalhadores de uma empresa supermercadista**

**CAMPO GRANDE - MS
2014**

CAMILA TORRES ITUASSÚ

**O AFETO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:
Um estudo com trabalhadores de uma empresa supermercadista**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do programa de Pós- Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Branca Maria de Meneses

Campo Grande, MS
2014

CAMILA TORRES ITUASSÚ

O AFETO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:

Um estudo com trabalhadores de uma empresa supermercadista

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito final à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Campo Grande, MS, ____ de _____ de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Branca Maria de Meneses
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dra. Inara Barbosa Leão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dra. Juliana de Castro Chaves
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dra. Zaira de Andrade Lopes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

DEDICATÓRIA

Para *Clarice*, minha inspiração para ser uma
pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Branca, por ter acreditado que eu iria conseguir chegar até o final. Por me inspirar a refletir uma melhor prática de gestão de pessoas e auxiliar na tomada de consciência de minhas falhas e alienações. Agradeço a toda paciência e a persistente busca pela qualidade.

Agradeço ao meu marido, professor e mentor, Lucas, por possibilitar que o meu sonho em voltar à universidade possa ter acontecido. Por estar ao meu lado em todas as horas e apoiado às minhas loucuras e preocupações.

Agradeço a minha mãe, Alba, por sempre insistir em continuar a estudar. Ser meu exemplo para lutar por um mundo melhor e ter a possibilidade de tentar ter um pouco de sua grandeza infinita.

Ao meu pai, Morvan e aos meus irmãos Natália, Luiza e Ivan, por estarem do meu lado, mesmo de longe e respeitarem minha ausência nos momentos de maior trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, Ana, Heriel, Maylla, Isloany, Marisa, Catarina e Arthur por contribuírem com as discussões e reflexões durante as aulas, seminários, viagens e lazer.

Aos professores do mestrado, por contribuírem com todo o aprendizado possível nestes anos e ao exemplo de profissionalismo.

Aos membros da banca, por ampliarem meus estudos e contribuírem com o resultado dessa dissertação.

Ao Grupo Pereira, em especial ao Sr. Carlos Darc e a Dorvany por possibilitarem a aplicação da pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, Luciano, Daniela e Marcelo e a toda equipe por compreenderem a importância desta conquista e respeitaram os momentos de minha ausência.

EPÍGRAFE

Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria, mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida

Milton Nascimento

RESUMO

O interesse deste trabalho centra-se em ampliar os estudos sobre relações afetivas no trabalho, decorrentes da aplicação de um instrumento de investigação, em uma organização privada do ramo supermercadista de Campo Grande – MS. Para sua realização, os autores da Escola de Frankfurt foram a referência, principalmente os estudos de Herbert Marcuse (1898-1979), Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973). Para tal propósito, em seu desenvolvimento, verificou-se aspectos pertinentes à subjetividade do trabalhador e em especial, a compreensão do trabalho como um dos âmbitos sociais que expressam, sobremaneira, a subjetividade. Assim sendo, consideramos a relevância dos estudos relacionados ao significado dos afetos decorrentes do cotidiano das relações de trabalho, apreendidos no processo histórico de transformação da sociedade. O instrumento da pesquisa tem o formato de escalas do método de Likert, com um total de 34 itens. Os temas dessa escala foram subdivididos em três subescalas: Trabalho e Ideologia (TI); Afeto e Trabalho (AT) e Significado do Trabalho (ST). Recorreu-se à estatística quantitativa simples para análise dos dados. Para melhor compreensão do significado desses dados foi utilizada a análise qualitativa dos mesmos. Os resultados desta pesquisa apontam para a confirmação de que a lógica da razão administrada toma conta da constituição da subjetividade e, assim, torna-se muito difícil resistir ao sistema imposto pela sociedade atual.

PALAVRAS-CHAVE: TRABALHO. SUBJETIVIDADE. AFETO.

ABSTRACT

The focus of this work is in the extension of the studies on affective relationships held at work environments. It will be developed through the implementation of a research tool in the supermarket area of Campo Grande - MS. To realize it Frankfurt School authors will be used as references, especially the studies of Herbert Marcuse (1898-1979), Theodor W. Adorno (1903-1969) and Max Horkheimer (1895-1973). For this purpose, in its development, it will be checked the relevant aspects of the worker's subjectivity, in particular the work itself, which is comprised as a social spheres which strongly express the subjectivity, but also the meaning of the affects arising from the everyday work relations , seized by the historical process of societal transformation. The instrument takes the form of Likert's scales method, with a total of 34 items. The themes of this scale were divided into three subscales: Work and Ideology (IT), Affect and Labor (AT) and Meaning of work (ST). It was resort to a simple quantitative statistics for analysis and discussion of the results. The results of this study point out to confirm that the logic of administration reason takes account of the constitution of the subjectivity and, thus, it becomes very difficult to resist the system imposed by the current society.

KEY-WORDS: WORK. SUBJECTIVITY. AFFECT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	14
3 INDIVÍDUO, TRABALHO E AFETO.....	29
3.1 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO.....	29
3.2 A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE.....	37
3.3 A QUESTÃO DAS EMOÇÕES, SENTIMENTOS E AFETOS.....	42
3.3.1 Trabalho e afeto	46
3.3.2 Relações de trabalho.....	49
4 A EMPIRIA: RELAÇÕES AFETIVAS NO TRABALHO DE UMA REDE SUPERMERCADISTA.....	56
4.1 OBJETIVO GERAL.....	56
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	57
4.3 INSTRUMENTO DE MEDIDA.....	57
4.4 LOCAL DA PESQUISA.....	59
4.5 PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DA PESQUISA.....	59
4.6 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA PESQUISA.....	60
4.6.1 Identificação do gênero dos sujeitos participantes da pesquisa.....	61
4.6.2 Identificação da faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa.....	61
4.7 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA ESCALA RELAÇÕES AFETIVAS NO TRABALHO.....	62

4.7.1 A subescala Trabalho e Ideologia (TI).....	62
4.7.1.1 Análise dos dados da subescala TI	65
4.7.2 A subescala Afeto e Trabalho (AT).....	70
4.7.2.1 Análise dos dados da subescala AT	72
4.7.3 A subescala Significado do Trabalho (ST).....	76
4.7.3.1 Análise dos dados da subescala ST.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS.....	89

1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse nesta Dissertação ateve-se, principalmente, ao estudo das relações afetivas no trabalho, em uma organização privada do ramo supermercadista de Campo Grande – MS. Compreender o significado atribuído a essas relações decorre do fato de a pesquisadora ser psicóloga organizacional há oito anos e isso suscitou questionamentos que impulsionaram a concretização da pesquisa em questão. A nosso ver, a gestão de pessoas constitui um desafio constante e, assim, tornou-se evidente a necessidade de aprofundarmos os estudos afeitos à subjetividade dos trabalhadores.

Para compor o universo de análise deste estudo, foi escolhida uma instituição em que permitisse a realização da pesquisa e possibilitasse a aplicação do instrumento em uma significativa amostra de funcionários. Fundado em 1972, o Grupo Pereira atualmente é composto por três lojas atacadistas denominadas Bate Forte, catorze lojas denominadas Forts e trinta e quatro lojas denominadas Comper, com mais de 8.000 funcionários, presentes em seis estados brasileiros (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal). A Sede Administrativa foi o local da aplicação da pesquisa, localizada em Campo Grande, MS.

Ao participarmos do grupo de pesquisa Formação do Indivíduo e Trabalho, coordenado pela professora doutora Branca Maria de Meneses, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde dentre outras atividades, tivemos a oportunidade de participar do processo de validação da escala Relações Afetivas no Trabalho, aplicada em instituições públicas. Esse instrumento despertou nosso interesse em aplicá-lo no setor privado, com o propósito de ampliar os estudos relacionados à temática sobre relações afetivas no trabalho.

Neste trabalho objetivamos analisar as expressões de trabalhadores da área administrativa da referida empresa, no sentido de podermos estudar os aspectos constitutivos da subjetividade de trabalhadores na sociedade contemporânea, e, ao mesmo tempo, observar as influências das determinações impostas pelo mundo administrado, pautado no interesse do sistema capitalista.

O modo marcante da constante busca pelo aumento da produtividade e as estratégias estabelecidas pelas empresas para atrair e manter os chamados talentos humanos nas organizações têm encontrado novas perspectivas para lidar com o

trabalhador, calcadas em valores como o respeito e a confiança, e também passou a valorizar os afetos, bem como a inovação, a criatividade, a autonomia e a flexibilidade. Tais questões confirmam-se nas novas estratégias para a anunciada (e administrada) gestão de qualidade.

Essa nova visão tem exigido um olhar para o indivíduo de forma diferenciada e afirma a importância do estudo das emoções como necessário à compreensão das relações de trabalho. Com tudo, tal visão continua a manter o processo de dominação e de exploração do trabalhador para atender às exigências do processo produtivo.

Todas essas questões nos inquietavam e, por isso, decidimos investigar aspectos das relações afetivas no trabalho. Para alcançar tal propósito e caminhar para o esclarecimento dos conceitos básicos desta pesquisa, o referencial teórico escolhido foi a Teoria Crítica da Sociedade, vinculada à Escola de Frankfurt, e representada, entre outros, pelos estudiosos Adorno (1903-1969), Horkheimer (1895-1973) e Marcuse (1898-1979). Os estudos desenvolvidos por esses autores referem-se à crítica à sociedade burguesa, esclarecendo o movimento real dessa sociedade e, assim, o quanto há de irracional e contraditório na vida dos trabalhadores.

No primeiro capítulo, discutimos a importância do trabalho na formação do indivíduo na sociedade contemporânea, de forma a buscar a compreensão sobre as transformações na vida dos trabalhadores. O que implicou na argumentação sobre o processo de alienação nas relações de trabalho.

Consequentemente, no segundo capítulo, refletimos sobre questões pertinentes às relações afetivas no trabalho. Para seu desenvolvimento, analisamos a constituição da subjetividade no processo histórico da sociedade.

No terceiro e último capítulo, discutimos os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica e apresentamos os resultados da aplicação do instrumento e a análise dos temas que o compõe.

Os resultados da pesquisa suscitam reflexões que expressam as contradições vividas pelos trabalhadores no mundo administrado. O discurso adaptado mostra a submissão desses trabalhadores e a dificuldade em se diferenciar e pensar o que seria a liberdade e a autonomia para além do que é posto. Compreendemos que não existe a valorização da vida afetiva no ambiente de trabalho, mas sim um discurso de que certas

emoções, como a autonomia, a liberdade e a justiça, pelo merecimento de uma conquista, são essenciais para o sucesso do trabalhador. Esse discurso é o mesmo que vem sendo vendido pelas organizações de um modo geral. “São tomados pela empresa moderna, para constituírem instrumentos de controle, administração e sedução. Podemos dizer que a instauração dessa ideologia dificulta o processo de conscientização daqueles que vivenciam as emoções” (CHAVES, 2001b, p.690).

Por fim, é importante reafirmar que este estudo tem a intenção de ampliar o conhecimento sobre a temática das relações afetivas no trabalho, e que a reaplicação do instrumento utilizado pode vir a contribuir com essa área de estudo.

2 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Neste primeiro capítulo, nosso interesse é ampliar os estudos sobre as relações de trabalho na sociedade contemporânea, de acordo com os pressupostos teóricos da Teoria Crítica da Sociedade. Entendemos ser o trabalho um dos âmbitos sociais que expressam, sobremaneira, a subjetividade, questão essencial desta pesquisa. Dessa forma, tomamos como propósito inicial refletir sobre as contradições no processo de formação do indivíduo.

Crochík (2003), ao analisar alguns conceitos associados ao trabalho alienado, destaca o significado da práxis, do sacrifício, da dominação e da adaptação. Observa, assim, que: “O trabalho é compreendido como forma de adaptação social e individual ao mundo que é por ele transformado segundo as necessidades sociais, considerando-se a forma de poder existente: o capital” (CROCHÍK, 2003, p.62).

No processo histórico, o trabalho objetificou as condições da existência humana.

A práxis surge do trabalho para indicar uma existência além dele. Assim, ela se define pelo não-trabalho e o seu fim é a liberdade dele. Ocorre que, por sua vinculação ao trabalho, transforma o seu fim – a liberdade – no seu contrário: atividade pretensamente imediata e espontânea (CROCHÍK, 2003, p.62).

A forma como realizamos o trabalho e como ele nos constitui como sujeito deve ser entendida no processo de transformação da sociedade. Marcuse (1998) observa que o conceito geral de trabalho não deve ser analisado somente por uma atividade dirigida, tampouco entender a sua prática apenas nessa dimensão, pois faz-se necessário recorrer a reflexões filosóficas que resgatem a importância do fazer no conjunto da existência humana, baseando-se no modo do ser do homem como ser histórico. Assim, explica o lugar do trabalho no conjunto da existência humana:

Em seu sentido originário e mais amplo, o trabalho se baseia no modo do ser dos homens enquanto ser histórico: no fazer-acontecer da

existência própria mediante a práxis conscientemente-mediadora da produção e da reprodução. Enquanto esta práxis (como práxis de uma existência histórica) encontra sempre um mundo objetivo dividido, configurado, consumado de determinado modo, o trabalho se desdobra em uma diversidade temporal e espacial de processos de trabalho individuais com diferentes objetos de trabalho, diferentes modos de trabalho e diferentes objetivos do trabalho (MARCUSE, 1998, p.34).

O autor segue discutindo os processos de trabalho individual que transcorrem nas diversas dimensões da vida de acordo com a situação histórica do trabalhador e a situação de seu mundo, seja na produção e reprodução material, seja na produção e reprodução intelectual. Observa também que todos os processos de trabalho individuais se encontram dependentes da intenção de fornecer, garantir e desenvolver para o ser humano a permanência, continuidade e plenitude realmente efetivas. Ainda, que “O objetivo do trabalho é a própria existência e nada fora dela” (MARCUSE, 1998, p.35).

Assim, Marcuse (1998) pondera que de maneira alguma qualquer atividade humana pode ser considerada como um trabalho, pois para ser denominado dessa forma a atividade não deve ser um simples fazer e acontecer isolado do fazer e acontecer da vida humana. O que importa é o resultado do trabalho para o trabalhador.

Na sociedade produtora de mercadorias o produto final do processo de trabalho já não pertence à produção e reprodução da existência do trabalhador – mas inclusive o operário industrial que produz mercadorias de luxo trabalha para as necessidades puras da existência. Do outro lado, todo trabalho além dessas necessidades, que é e permanece vinculado ao fazer-acontecer da existência (MARCUSE, 1998, p.36).

Hegel (1770-1831) compreende o trabalho filosoficamente fundamentado e o descreve como o fazer (*tun*) e não como atividade (*aktivitat*), pois é o fazer que perpassa de modo predominante a existência humana. Concordante com isso, Marcuse (1998) explica que o trabalho deve ser compreendido como acontecimento fundamental e não como atividade determinada, pois nenhuma atividade consegue perpassar o todo da experiência humana, e sim a parcialidades desse todo e de seu mundo. O resultado do

trabalho é o que acontece nas relações que são estabelecidas, pois o homem se objetiva e o objeto se torna o seu humano. Dessa forma, o trabalho é entendido como práxis específica dessa existência no mundo, como explica o pensador frankfurtiano.

Ao explicar o que representa o jogo, por ser um conceito contraposto à determinação do trabalho, Marcuse (1998) destaca três momentos fundamentais que ocorre no trabalho: sua continuidade (*Dauer*), sua permanência (*Ständigkeit*) e seu caráter penoso. A continuidade significa que a tarefa conferida à existência pelo trabalho representa um contínuo estar-trabalhando e estar-no-trabalho. Esse fazer se refere à constituição da consciência de forma contínua, pois a disposição da existência para o trabalho não deve ser confundida com uma atividade contínua.

Para esclarecer o que representa a permanência, o autor diz que o trabalho deve resultar em algo no acontecer geral, na existência do trabalhador. “Aquilo em que se trabalha ou que é elaborado é introduzido pelo trabalho no “mundo” do trabalhador, assim como foi obtido desse “mundo” mediante o trabalho” (MARCUSE, 1998, p.17). A permanência essencial confere o caráter de que mesmo após o término do trabalho, da atividade adequada a um fim, o resultado está representado para si e para os outros, o que é característica do trabalho objetivado, ou seja, da objetivação (*vergegenständlichung*).

O caráter penoso do trabalho, segundo esse autor é o aspecto mais exposto a interpretações equivocadas, pois implica necessariamente a produção de algo, e apresenta uma condição imposta pelo objeto para que ele seja transformado. Na medida em que subordina o fazer a uma lei, o trabalho existe como pena, pois a prioridade é sempre a própria coisa e não o trabalhador.

Já nesse fazer consciente-mediato, nessa produção e reprodução permanente da existência humana se funda o *trabalho*. Nesse modo de acontecer já se encontram todas as características que assinalamos acima (...). Pergunta-se *por que* o acontecer da existência humana é essencialmente “mediação”, produção e reprodução, por que lhe é essencialmente negado um deixar-acontecer imediato, e se responde remetendo à situação “natural” do homem no mundo: o acontecer da existência humana é trabalho, porque o mundo, tal como o homem o encontra dado, nunca é suficiente para satisfazer às “necessidades” (*Bedürfnisse*), de modo que ele necessita de realizações permanentes

para poder viver neste mundo (vestimenta, alimentação, habitação, instrumentos etc.) (MARCUSE, 1998, p.20).

Ao dar continuidade à discussão, o autor observa que a insuficiência originária da situação natural do homem converte as necessidades em impulso motor de seu fazer. Assim, o primordial e necessário de seu fazer é a satisfação das necessidades. Afirma ainda que a determinação do trabalho a partir, e no intervir, na esfera dessa satisfação molda antecipadamente o sentido do trabalho nos termos de uma dimensão bem determinada (a do mundo material dos bens), pois todos os outros modos não econômicos do trabalho são focalizados primeiramente a partir dessa dimensão.

Para o homem foi negada a possibilidade do deixar acontecer, como nos animais, porque o mundo como o homem o encontra não é suficiente para atender a suas necessidades. “Toda teoria que parte das “necessidades” como impulso motor do fazer considera o homem como ser primariamente *orgânico*, como “vida” orgânica no sentido da biologia.” (MARCUSE, 1998, p.21). Assim o pensador franquefurtiano, reiteradamente, faz crítica à valorização da ação econômica nas relações de trabalho.

As teorias econômicas, ao partirem do conceito de necessidades e de satisfação no mundo dos bens, não mostram o conhecimento da situação fatural plena do trabalho. Marcuse (1998), ao ter como referência os estudos de Marx (1818-1883), nos Manuscritos econômico-filosóficos (1844/2005), considera as críticas feitas à economia política ao analisar o quão problemática é, para o indivíduo, a naturalização conceitual das relações de trabalho.

Recorremos às argumentações de Marx (2005) sobre a condição do trabalhador como mercadoria – da mais miserável mercadoria – ao analisar o que passou a representar na vida do trabalhador o primado da sociedade privada. A relação estabelecida nessa sociedade contém latente, em si, a relação da propriedade privada como trabalho, ou seja, é o poder de domínio sobre o trabalhador e seus produtos, é a posse imediata do poder de compra. Ocorre, assim, o domínio sobre o trabalho dos outros ou sobre o produto resultante do trabalho. Esse é o poder do capitalismo, o de propriedade do capital. Com isso, na relação imediata com o capitalista, o trabalhador sempre perde; e nos momentos de crise perde ainda mais, pois arrisca gravemente a continuidade de sua vida. Em momentos de prosperidade produtiva essa possibilidade

não é superada, mas modificada. “Alugar o próprio trabalho é dar início à escravidão; alugar a matéria do trabalho é estabelecer a própria liberdade (...). O trabalho é o homem, mas a matéria nada tem do homem” (MARX, 2005, p.90).

Ao analisar as relações de poder no capitalismo, Marx (2005) chama a atenção para os interesses dos capitalistas a serem considerados ao afirmar que, em grande medida, exploram não apenas os trabalhadores, mas também os pequenos e médios capitalistas. A ação desses está sempre em posição hostil à da maior parcela da sociedade. Nesse sentido, o capitalista estabelece uma relação parasitária e utilitarista com o restante da sociedade, da mesma forma como estabelece relações parasitárias e utilitaristas com a terra, seus produtos e com a natureza de forma geral, convertendo tudo em valor de troca, em mercadoria, como ocorre na sociedade capitalista.

A obra do literário russo Anton Tchecov (1860-1904), *O Jardim das Cerejeiras*, ilustra, significativamente, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho em meados do século XIX, ao apresentar um quadro da sociedade russa pré-revolucionária. O contexto vivido por Tchecov¹ em sua obra denuncia as transformações ocorridas naquele período. Os personagens escolhidos representam as mudanças sociais, caracterizada pela queda da aristocracia rural e a ascensão da burguesia. Tchecov, nessa peça, mostra que poucos proprietários rurais tinham noção de agricultura ou contabilidade, e muitos passavam longos períodos distantes de suas propriedades, deixando seus negócios nas mãos de gerentes. Como resultado dessa negligência, muitas propriedades - inclusive as de famílias tradicionais - foram sendo hipotecadas para pagar as dívidas longamente acumuladas. Tais mudanças podem ser observadas no comportamento dos personagens no desenrolar da peça. A personagem Liuba, dona de um cerejal, e seu irmão Gáiev, representavam a decadência da aristocracia rural, pela perda da propriedade e pela maneira como conduziam suas vidas, pois, viviam alheios às mudanças que estavam ocorrendo na sociedade. Assim, Liuba tinha pouco contato com as dificuldades de sua realidade financeira, dando festas, fazendo empréstimos a amigos e distribuindo moedas de ouro a estranhos, enquanto a própria família passava por penúrias.

¹ O declínio dos proprietários rurais era um problema crucial na Rússia do século XIX. Por volta de 1859, um terço das propriedades e dois terços dos servos pertencentes a proprietários rurais haviam sido hipotecados ao Estado ou a bancos privados. Na década de 1870, os proprietários ainda possuíam um terço de toda terra cultivável, mas em 1905 sua parcela havia sido reduzida a 22 por cento – um terço dos quais era alugado a camponeses (LIMA, 2006).

O personagem Lopakhine, filho de servos da família, era quem administrava a propriedade e representava a burguesia em ascensão e o seu poder de compra. Ele cresceu vendo os pais trabalhando na terra, dela tirando o próprio sustento e garantindo o dos aristocratas, seus patrões. No desenrolar da peça, o administrador faz inúmeras tentativas de ajudar a família a reverter o processo de perda da terra ao propor a derrubada do jardim para a construção de casas de veraneio, porém sem sucesso. Para Lopakhine, o belo jardim era um espaço a ser utilizado e a ele se referia como mercadoria. O personagem, era o único a fazer menções sobre o tempo, conferia o relógio e solicitava pressa nas decisões e atitudes da família. Com isso, evidenciava a importância do tempo para ganhar dinheiro.

Apesar de o desejo da família ser diferente, até mesmo por não entender as mudanças em andamento, o jardim foi a leilão. Após sua realização, Lopakhine anunciou que comprara a propriedade, demonstrando o poder do dinheiro, como também certo sentimento de vitória ao lembrar a situação vivida por sua família quando não tinha terras. Os conflitos entre essas classes foram apresentados, principalmente, pela atitude de lentidão da aristocracia em tomar consciência de sua decadência e pela clareza de ação e agilidade da burguesia, que objetivava o crescimento de seus bens e conseqüentemente o lucro. Nesta obra, Tchekhov (1983) materializou diferentes ritmos das classes sociais em conflito e captou o processo de transição que estava ocorrendo na sociedade naquele período.

Entender a materialização das transformações na sociedade burguesa nos remete aos estudos de Marx (2005) sobre o que significou o acúmulo do capital e a divisão do trabalho. O autor mostrou que o acúmulo do capital, - resultado do acúmulo do trabalho - , aumentou a divisão do trabalho e deixou o trabalhador cada vez mais dependente de um tipo específico de atividade. Sendo assim, o trabalhador passou a ser identificado como uma máquina: “(...) deste modo, o crescimento da classe de homens que são inteiramente dependentes do trabalho aumenta a competitividade entre os trabalhadores e baixa o seu preço. No sistema industrial, esta situação dos trabalhadores atinge o clímax” (MARX, 2005, p.68). Assim, a divisão do trabalho empobrece o trabalhador e o transforma em máquina, tornando-o cada vez mais dependente do capitalista.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas

(*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2005, p.111).

Tal fato exprime que o objeto produzido pelo trabalhador lhe é defrontado como um ser estranho, como um poder independente do produtor, explica o autor citado. “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho” (MARX, 2005, p.112). Desse modo, para o trabalhador, seu trabalho é percebido como desrealização. Quanto mais ele produz, menos ele possui e mais subalterno se mantém ao capital. “A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação” (MARX, 2005, p.112).

O trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como se este fosse um objeto estranho a ele e essa relação traz consequências danosas, pois ele põe sua vida no objeto, que não lhe pertence.

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assumindo uma existência externa, mas também que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 2005, p.112).

A alienação não deve ser compreendida somente a partir do aspecto de sua relação com os produtos do trabalho, mas sim no processo da produção, ou seja, na própria atividade produtiva, diz o autor em questão. “Como o trabalhador poderia estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção?” (MARX, 2005, p.114). Dessa forma, a alienação do objeto do trabalho é a própria alienação da atividade realizada pelo trabalhador.

A alienação do trabalho, conforme Marx (2005), pode ser compreendida pelo fato de o trabalho ser imposto, portanto forçado. Assim sendo, o trabalhador não se sente bem ao produzi-lo e sim infeliz e incompleto. Dessa forma, o homem só se sente

livre nas funções animais, como comer, beber, procriar, etc, enquanto nas funções humanas se vê reduzido ao animal que faz um trabalho forçado, sem ser capaz de pensar, criar ou opinar. “O elemento animal torna-se humano e o humano, animal” (MARX, 2005, p.115).

De acordo com as discussões desse pensador da economia política, a relação entre o trabalho e o homem, vista de maneira geral, como atividade que intercede entre o homem e a natureza, é a marca peculiar que diferencia o homem do animal. Afinal, somente o homem possui a capacidade de criar o seu mundo de acordo com seu desejo. O homem se destaca pelo seu caráter consciente e por planejar a sua atividade. Como um ser natural, realiza esse processo, que é vital, ao extrair da natureza o necessário a sua vida.

Mas, se o trabalho é alienado e aliena o homem em si, aliena também a natureza humana, transforma a vida genérica em meio de vida individual. Marx (2005) explica:

É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica ativa. Por meio dela, a natureza nasce como a sua obra e a sua realidade. Em consequência, o elemento do trabalho é a *objetivação da vida genérica do homem*: ao não se reproduzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado. Na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento da sua produção, rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico (MARX, 2005, p.117).

Com isso, há também uma implicação direta da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da vida genérica, que é a “alienação do homem em relação ao homem” (MARX 2005, p.118). A alienação do homem é, antes de tudo, a expressão da relação que o homem estabelece consigo mesmo e pode ser traduzida também na sua relação como outros homens, pois olhamos o outro da mesma forma como olhamos para nós mesmos.

As análises de Marcuse (1981) sobre os estudos de Marx, ao explicar o processo de alienação e outras questões referentes a economia política, colaboram para compreendermos a importância das mudanças nas relações de trabalho na sociedade capitalista.

Segundo o autor frankfurtiano, o conceito de Marx sobre alienação afirma uma total separação entre capital, trabalho e terra pela divisão do trabalho. Com isso, distorce a concepção histórico-social do homem ao evidenciar que o trabalhador é forçado a vender a si mesmo como mercadoria. O conceito de alienação, assim como os de exteriorização e coisificação, é interpretado por Marx a partir da própria origem da teoria econômica política tradicional e seus conceitos de salário do trabalho, lucro do capital e renda da terra. Dessa forma, Marx apontou para uma nova interpretação do conceito de trabalho.

Assim, o trabalho é compreendido como laço social constituinte da natureza humana, e esse laço sofre interesses egoístas com a prática da propriedade privada. Por isso, faz-se necessária a crítica sobre a manifestação histórica da alienação e da perda da essência humana. Tal perda poderia ser resgatada com a transformação do modo de produção capitalista em uma sociedade comunista. Pois que, a visão da perda da essência do homem se transforma no impulso para a fundamentação da revolução, na teoria de Marx. Afinal, essa situação causada pelo capitalismo não constitui somente uma crise econômica ou política, torna-se a crise da própria essência do homem, como diz Marcuse (1981). A partir desse ponto de vista, qualquer reforma econômica ou política torna-se inútil, já que a única forma de mudança possível para o homem é a revolução total.

De acordo com o pensador frankfurtiano, Marx ao descrever a forma de trabalho e a forma de existência do trabalhador, na sociedade capitalista, explica a completa separação entre os meios de produção e o produto do trabalho transformado em mercadoria, como também, que a caracterização do trabalho exteriorizado representa uma desvalorização da vida e a perda da realidade humana. “Trata-se, portanto, de uma situação concernente ao homem como homem (e não apenas como trabalhador, sujeito econômico etc.), de um acontecimento não só da história econômica, mas da história do homem e de sua realidade” (MARCUSE, 1981, p.14).

A crítica à fundamentação da economia política deve ser feita no terreno filosófico, como diz Marcuse (1981). As ideias de Marx são um acerto de contas com a teoria hegeliana sobre a essência humana, pois que no seu entendimento, somente a partir dessa base um fato econômico poderia se tornar o fundamento para uma revolução capaz de transformar a essência humana.

Marcuse (1981) segue reafirmando que a universalidade do homem, discutida por Marx, é compreendida como a sua liberdade para produzir além da necessidade de subsistência, se diferenciando dos animais que só produzem o que necessitam. Nessa liberdade, o homem reproduz por meio do trabalho toda a natureza de acordo com sua necessidade em seu mundo objetivo. Assim, o homem é entendido como sendo parte da natureza, pois ela é a sua exteriorização. Dessa forma, a objetivação pertence à própria essência do homem, como sua forma de produção livre e universal de se relacionar com as forças objetivas e materiais, exteriorizando sua vida. Como parte da essência humana, a objetivação não pode ser superada. Mas a objetivação pode tornar-se coisificação à medida que o objeto se distancie inteiramente da sua essência, tornando-se apropriação de outro ser como na realidade do trabalho alienado e na propriedade privada, explica o autor referido.

De acordo com Marx (2005), outra característica fundamental para a compreensão do trabalho, é o fato de que seu meio, o homem não se relaciona com a natureza de forma isolada, ao contrário, é exatamente no trabalho que se realiza a universalidade humana como uma atividade essencialmente social.

Segundo Marcuse (1981), Marx aponta que a coisificação e a alienação aparecem como a inversão e ocultamento da essência do homem e do seu trabalho como atividade livre e de autorrealização universal. O trabalho na sociedade capitalista não representa sua manifestação vital e sim uma atividade em que o trabalhador produz objetos, coisas não identificadas, postas como mercadorias, que não lhe pertencem. “A essência e a existência se separam uma da outra no homem: sua existência é um “meio” para a realização de sua essência ou na alienação sua essência é um meio para sua simples existência física” (MARCUSE, 1981, p.36).

Ao realizar o constante fazer acontecer da própria existência, o conceito de produção e reprodução é utilizado por afirmar a mediação necessária desse acontecer pela apropriação, transformação, criação e superação, a qual tem como finalidade

conduzir a existência da forma mais adequada. Porém, conforme ressalta Marcuse (1998), os conceitos de produção e reprodução foram usados, a partir de Marx, em seu significado mais amplo e não no sentido restrito da dimensão econômica; destacando-se, assim, o modo do fazer consciente da existência humana e seu mundo. O modo expresso pela práxis do trabalho no mundo aparece como necessidade contínua e permanente da autorrealização humana, que não pode deixar acontecer, pois precisa efetivar-se. Assim, a situação essencial do trabalho não se baseia na carência de bens, mas sim na carência da plenitude continuada e permanente da vida humana.

Nesse sentido, é fundamental considerar o trabalho como categoria do ser histórico, uma vez que quando o eu inicia o fazer da sua existência já encontra um mundo de outra existência que não a sua, a do passado. “Assim ele não é um “estado” acabado, uma diversidade pronta do ser disponível, mas é inteiramente incompleto, inacabado – inteiramente dinâmico, acontecer (*Geschehen*)” (MARCUSE, 1998, p.27).

Para o acontecer da existência humana, é preciso deixar incidir esse mundo dos objetos, apreendê-lo e conduzi-lo para frente, pois o processo de mediação, de produção e reprodução inicia-se pela necessidade da superação do passado atuante. “O que acontece com os objetos elaborados e trabalhados já não ocorre na dimensão da “natureza”, da “materialidade” etc., mas na dimensão da história humana” (MARCUSE, 1998, p.30).

O pensador frankfurtiano afirma que ao aproximar a discussão sobre o trabalho como atividade dirigida para a satisfação do mundo das necessidades não é possível mostrar toda complexidade do fazer consciente. Esse fazer envolve o sentido da existência humana diante do mundo de outra existência – um mundo de produção civil, arte, empreendimento, política, tecnologia e utilidades – como obra de uma existência passada que se confronta com a existência presente do ser e que possibilita a formação de sua própria existência futura. Assim, despertado o fazer consciente, o homem é conduzido para frente em busca da sua realização mediada pela produção e reprodução e pela busca da superação desse passado, que é presente e constitutivo de seu futuro. Pelo trabalho, o homem pode construir sua existência trazendo consigo a mera existência do mundo já formado e que irá se modificar por meio da objetivação.

Na medida em que o objeto do trabalho, pelo mero fato de os homens se defrontarem com ele num mundo configurado de maneira determinada, subordina os homens à historicidade determinada desse mundo, ele também confere realidade efetiva à historicidade do próprio trabalhador. Na medida em que o homem trabalha, ele se situa *actu* na situação concreta da história, se defronta com a atualidade da mesma, assume o passado dela e elabora o futuro da mesma. Esse tornar-se histórico dos homens que é “prático” se estende por todo o processo do trabalho: inicia-se pela apresentação bem determinada do objeto como “material” (ela própria já historicamente caracterizada no que se refere a variedade e conformação), abrange método, espacialidade e temporalidade do trabalho e se expressa ainda no sentido e no objeto do trabalho. Só e unicamente no trabalho o homem histórico se torna realmente efetivo, assumindo sua posição determinada no acontecer histórico (MARCUSE, 1998, p.31).

Com essa dimensão de continuidade histórica, o trabalhador assume uma posição também histórica em sua práxis. Ele é um pintor, ou professor, operário, empresário etc., representado por títulos, assume todas as relações, condições, posições hierárquicas e conquistas da história efetiva da classe trabalhadora, exposto aos poderes ou às impotências dessa classe.

Na sociedade produtora de mercadorias, o produto resultante do fazer no trabalho já não pertence à produção e reprodução da existência do trabalhador, nem é procedimento permanente e contínuo para assegurar o espaço vital. Esse fazer tem seu objetivo e sua conclusão em si mesmo; fazer por fazer, buscando atender às necessidades e se manter vivo. A essa forma de práxis, o autor frankfurtiano discute a questão da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho social é caracterizada pela divisão de grupos, classes, profissões e etc., ou seja, pela apropriação de critérios socialmente estabelecidos por determinados grupos de trabalho partindo do processo de produção e reprodução material e do valor gerado, como esclarece Marcuse (1998).

Divisões natural e social do trabalho (com toda a diferença de causas e princípios de divisão) coincidem quanto ao fato de que o trabalho dividido se realiza efetivamente na oposição entre trabalho *dominante*

e *dominado* (trabalho que dispõe e trabalho que é orientado por disposições) (MARCUSE, 1998, p.40).

Esse autor segue explicando que uma das percepções mais profundas de Hegel e de Marx foi a vinculação de toda a existência à produção e reprodução material coisificada (*verdinglicht*), pois essa existência rompe a transição para a dimensão da práxis livre.

O trabalho humano enquanto modo do ser dos homens não pode ser desvinculado do homem, nem mesmo em seu “produto”. Quando o objeto do trabalho se torna independente e se separa do ser do trabalhador, necessariamente o próprio ser do trabalhador também se converte em objeto: sua existência se exterioriza e se aliena, convertendo-se para ele num poder alheio, subtraído à sua própria liberdade, contrapondo-se a ele (MARCUSE, 1998, p.42-43).

Assim sendo, o trabalho social dividido se transfere para a dimensão econômica, para a dimensão da produção e reprodução material do necessário, enquanto a dimensão da liberdade e da constituição do sujeito, do fazer acontecer do todo da existência, é separada desse tipo de *práxis*. Uma vez separadas, o trabalhador, preso à dimensão econômica, perde seu sentido próprio e já não pode consumir sua possibilidade de intervir no acontecer de sua existência.

Nesse sentido um fenômeno decisivo está em que a separação da produção e reprodução material das dimensões da “liberdade” que a completam e plenificam se reflete novamente nessas próprias dimensões e na práxis existente nelas. Uma vez separada das esferas que lhe conferem plenitude e que ao mesmo tempo a limitam, a práxis inefetiva da “dimensão econômica” absorve o *todo* existencial em seu interior e objetifica também a práxis *livre* da existência (...). Também no que ultrapassa produção e reprodução material o trabalho agora perde seu sentido próprio: já não se encontra essencialmente ligado ao acontecer real-efetivo, à práxis real-efetiva da existência; já não pode consumir sua possibilidade maior: intervir no acontecer do todo existencial provendo-lhe sentido e fim. Pilhada em sua realidade efetiva plena como *práxis*, ocorre com efeito, que em último sentido

não é mais trabalho – apenas está acompanhado, seguindo ou precedendo (sem base sólida) o trabalho (MARCUSE, 1998, p.44).

Após as discussões de Marcuse sobre o acontecer da existência do trabalhador na sociedade capitalista, vale ressaltar o que tem significado o grande desenvolvimento tecnológico da sociedade. Adorno (1986), em sua obra *Capitalismo tardio ou sociedade industrial*², discute o uso desses termos para a sociedade atual e destaca a necessidade de analisar o que tem ocorrido nas relações de produção na sociedade contemporânea. Em suas análises, a reflexão do conteúdo sobre o uso desses termos é mais importante do que simplesmente uma discussão sobre a nomenclatura mais adequada.

Em categoria da teoria crítico-dialética, eu gostaria de propor como primeira, e necessariamente abstrata, resposta que a atual sociedade é, de acordo com o estágio de suas forças produtivas, plenamente uma sociedade industrial. Por toda parte e para além de todas as fronteiras dos sistemas políticos, o trabalho industrial tornou-se o modelo de sociedade. Evolui para uma totalidade, porque modos de procedimento que se assemelham ao modo industrial necessariamente se expandem, por exigência econômica, também para setores da produção material, para a administração, para a esfera da distribuição e para aquela que se denomina cultura. Por outro lado, a sociedade é capitalismo em suas relações de produção (ADORNO, 1986, p.67-68).

Conforme afirma, de acordo com o desenvolvimento tecnológico já atingido pela sociedade, não seria mais necessário passar pela grande maioria dos nossos problemas sociais existentes e que os mesmos já poderiam ser resolvidos.

Em tudo isso é inegável que, com a crescente satisfação das necessidades materiais – apesar de sua configuração ser deformada pelo aparelho –, também se desenha de um modo muito mais concreto a possibilidade de viver sem passar necessidades. Mesmo nos países mais pobres, ninguém mais precisaria passar fome. Que, igualmente, tenha se tornado tênue o véu frente à consciência do possível é

² Temática proposta por Otto Stammer discutida na Conferência inaugural do 16º Congresso dos Sociólogos Alemães.

demonstrado pelo pânico que, por toda parte, despertam as formas de esclarecimento social que não estejam planejadas no sistema oficial de comunicação (ADORNO, 1986, p.68-69).

Assim, o autor, deixa claro que, embora a sociedade tenha acesso a novas tecnologias, a satisfação das necessidades não é uma possibilidade. Pontua que não é a técnica o elemento funesto da afirmação acima, pois não podemos culpabilizar o progresso industrial e sim a mediação estabelecida pelas relações de produção, pois o interesse do lucro e de dominação tem sido a base de todo o desenvolvimento tecnológico.

A preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas, como esclarece Adorno (1986), evidencia as misérias vividas pelos indivíduos atualmente. Afinal, mesmo que o ser humano já seja capaz de realizar grandes feitos como a nanotecnologia, ou a exploração do sistema solar, ainda convivemos com a miséria e ainda se pode morrer de fome. “Que o braço estendido da humanidade alcance planetas distantes e vazios, mas que ela, em seu próprio planeta, não seja capaz de fundar uma paz duradoura, manifesta o absurdo na direção do qual se movimenta a dialética social” (ADORNO, 1986, p.70). Uma das causas desse fenômeno é o fato de a sociedade não ser capaz de colocar a felicidade do todo acima da felicidade do individual. Assim, pode-se questionar se o trabalhador é capaz de imaginar de forma concreta a possibilidade de um mundo diferente do atual, pois a organização da sociedade tem impedido o conhecimento de ideias críticas e também, leva a aceitação das injustiças sociais, ou seja, a sociedade desigual em que vivemos.

Neste capítulo procuramos compreender o que acontece com a formação do trabalhador na sociedade capitalista. Assim, no próximo trataremos da questão da subjetividade, com o propósito de melhor compreender as relações afetivas no trabalho.

3 INDIVÍDUO, TRABALHO E AFETO

O objetivo deste capítulo é o de refletir sobre questões que tratam das relações afetivas no trabalho. Para seu desenvolvimento, discutimos sobre a formação do indivíduo e, conseqüentemente, a constituição da subjetividade no processo histórico da sociedade. Em seguida, tratamos das questões dos afetos.

3.1 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Para melhor compreender a questão da formação do indivíduo, nossa reflexão teve como pauta a análise da relação existente entre indivíduo e sociedade, e a inseparável relação desses com a natureza. Essa tríade mantém um movimento dinâmico que deve ser observado e estudado, a fim de compreender as variáveis históricas, como afirmam Adorno e Horkheimer (1973). Tais observações, para esses pensadores, decorrem do fato de a sociologia clássica ter dirigido suas atenções ao sistema social, mais do que para o indivíduo. Dessa forma, entende-se que o homem é destinado a viver em sociedade, sendo uma necessidade fazer parte dela. Nesse sentido, em um primeiro momento, o homem é indivíduo biológico e posteriormente um indivíduo social.

Mas por outro lado, o conceito de individuação biológica é tão abstrato e indeterminado que não pode expressar, de maneira completa e apropriada, o que os indivíduos efetivamente são. Pode-se por aqui de lado o fato de que a mera existência natural do indivíduo já está mediatizada pelo gênero humano e, por conseguinte, pela sociedade; mas, *stricto sensu*, “indivíduo” significa algo que não é apenas, a rigor, a entidade biológica (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p.51-52).

A compreensão do indivíduo, como ser singular, ocorre no processo histórico quando a autoconsciência da singularidade do eu por si só não constitui o indivíduo, pois é necessária a autoconsciência social, pela sua necessária implicação com o outro.

Assim, a compreensão da sociedade não deve ocorrer como o resultado de ações individuais; contudo, não podemos deixar de entendê-las.

O indivíduo, num sentido amplo, é o contrário do ser natural, um ser que, certamente, se emancipa e afasta das simples relações naturais, que está desde o princípio referido à sociedade, de um modo específico, que, por isso mesmo, recolhe-se em seu próprio ser (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p.53).

Os autores referidos chamam a atenção à necessidade de compreender a clara interação entre o indivíduo e a sociedade, pois há uma consequência, de maior importância, na ideia de que o homem torna-se indivíduo somente em uma sociedade justa e humana. Na sociedade atual, as relações entre os indivíduos têm se tornado cada vez mais individualizada, dificultando a possibilidade de autonomia e individuação. Assim tem impedido o pensamento crítico e acaba por estimular o indivíduo a lutar pelos seus interesses pessoais sem se preocupar com o bem coletivo. Desta forma, afasta de si o indivíduo que a própria sociedade desenvolveu.

Com a entronização do princípio de concorrência, a eliminação dos limites das ordens correlativas e o início da revolução técnica na Indústria, a sociedade burguesa desenvolveu um dinamismo social que obriga o indivíduo econômico a lutar implacavelmente por seus interesses de lucro, sem se preocupar com o bem da coletividade (ADORNO; HORKHEIMER, 1973, p.53).

Pensar a questão do indivíduo nos remete a refletir sobre o que tem significado esse processo de formação na sociedade atual, e, conseqüentemente, sobre as relações de trabalho, pela importância dos aspectos subjetivos existentes nessas relações.

Crochík (2005) chama a atenção para a questão do entendimento da subjetividade, ao dialogar com Adorno.

Entender a formação da subjetividade independentemente da sua relação com a sociedade é, segundo esse autor, ideologia, mas não é menos entendê-la de forma imediatamente social. O indivíduo, ainda segundo Adorno, é fruto e antítese da sociedade; origina-se socialmente e desenvolve uma lógica que não é redutível às leis estudadas pela sociologia. Claro que a constituição desse indivíduo é mediada pelo trabalho, mas tal como aqui desenvolvido isso significa dizer que é mediado por uma aparência socialmente necessária, tal como é o fetiche da mercadoria, descrito por Marx (CROCHÍK, 2005, p.14).

Dessa forma, o autor referido, afirma que a formação do indivíduo, sua diferenciação, ocorre por meio das condições sociais, da incorporação da cultura, e não como se tem entendido ultimamente, ou seja, como a instrumentação do indivíduo para a adaptação social.

Ao categorizar a problemática das relações entre a formação do indivíduo e o trabalho, no contexto da sociedade capitalista, as discussões de Maar (2003) na introdução do livro de Adorno, *Educação e Emancipação*, são elucidativas. Maar (2003) faz esclarecimentos sobre a possibilidade de a educação ser de fato um processo formativo e ético para o indivíduo, tendo como base a sua emancipação, no sentido de tornar os homens sujeitos refletidos da história. Isso significa que essa experiência reside na compreensão do presente histórico e da recusa em aceitar um curso determinado para a história, para que os indivíduos compreendam a necessidade de interferir nos rumos da sociedade e, assim, poderem romper com as condições sociais e objetivas existentes. A experiência formativa implica uma transformação do sujeito mediada pela transformação do objeto no mundo.

O modelo da experiência formativa é a própria dialética do trabalho social, pois rompe-se a memória do que seria autônomo diante da necessidade de adaptação à dominação, com isso o espírito perde a crítica como momento de resistência. “A formação seria anulada pela integração, por ser imediatamente controlada” (MAAR, 2003, p.26). E, desse modo, passa a ser formada pelo caráter de fetiche da mercadoria e torna-se semiformação³.

³ Segundo MAAR (1994), a semiformação é uma expressão de Adorno para fazer referência a uma regressão, uma crise da universalidade da formação; desta forma oposta à emancipação.

Segundo Meneses (2008), a formação do indivíduo está voltada para atender ao competitivo mercado de trabalho e tem a sua principal preocupação em garantir a sua subsistência. Possibilita, dessa forma, que o trabalho se torne uma necessidade fundamental para a manutenção da sobrevivência do trabalhador.

Com isso, os trabalhadores sentem-se privilegiados pelo fato de possuírem um trabalho administrado, com carteira de trabalho assinada, ao mesmo tempo em que o discurso da empresa traz como benefício o fato de pagar em dia e cumprir as obrigações de acordo com a legislação, como se isso fosse uma alternativa, demonstrando que os trabalhadores têm sorte de ter um emprego formal. Para Meneses (2008), manter o posto de trabalho com a carteira assinada constitui um objeto de desejo entre muitos trabalhadores, sendo que possivelmente esse anseio esteja aliado a uma submissão exigida em troca. Observa-se, assim, que essa submissão resulta “em relações de trabalho que têm impedido o indivíduo de se diferenciar e pensar o que seria a liberdade de escolher, pensar para além do já existente, pensar uma forma de liberdade à qual todos os membros da sociedade pudessem ter acesso” (MENESES, 2008, p.60). Dessa forma, o trabalho realizado não precisa fazer sentido para quem o faz, mas deve fazer sentido para o processo produtivo e de consumo.

Refletir sobre tais questões é importante, uma vez que os trabalhadores não têm tempo de pensar sobre as consequências da organização do trabalho em suas vidas, em decorrência da forma como estão organizadas as relações de trabalho na sociedade atual. Pois, ante as condições objetivas de trabalho, a preocupação da maioria dos trabalhadores é a de tentar manter-se empregado e/ou conquistar um cargo público, podendo, desta forma, conseguir os benefícios advindos do fato de estar empregado. Assim, tornam-se meros executores de suas atividades sem terem a possibilidade de refletirem criticamente sobre a relação de exploração existente na sociedade, diz Meneses (2008).

Marcuse (1967), ao falar das novas formas de controle da sociedade contemporânea, decorridas das transformações advindas do progresso técnico, explica o que acaba por dificultar o processo de individuação.

De fato, o que poderia ser mais racional do que a supressão da individualidade na mecanização de desempenhos socialmente

necessários, mas penoso; a concentração de empreendimentos individuais em organizações mais eficazes e mais produtivas; a regulamentação da livre competição entre os sujeitos econômicos desigualmente equipados; a redução de prerrogativas e soberanias nacionais que impedem a organização internacional dos recursos? O fato de também essa ordem tecnológica compreender uma coordenação política e intelectual pode ser acontecimento lamentável, mas promissor (MARCUSE, 1967, p.23).

A nosso ver, também são esclarecedoras as observações desse autor ao afirmar que a liberdade de empreendimento não foi uma vantagem para o homem, haja visto quanto à liberdade de trabalhar ou morrer sem nada significou labuta, insegurança e medo para a grande maioria da população. “Assim, liberdade econômica significaria liberdade *de* economia - de ser controlado pelas forças e relações econômicas; liberdade de luta cotidiana pela existência, de ganhar a vida” (MARCUSE, 1967, p.25).

A história tem nos mostrado que os trabalhadores têm sido formados para não perceberem as contradições de sua existência nas relações de trabalho, como também, para não questionarem o processo de exploração que faz parte de suas vidas.

Diante de tais situações, é possível reafirmar que as relações de trabalho e, conseqüentemente, a formação profissional, têm levado os indivíduos a cultivar o que os oprime. Da maneira como essas relações têm sido organizadas, continuam desconstituindo a subjetividade do trabalhador. O demasiado apego à regularidade do trabalho tem impedido os indivíduos de pensar em uma vida na qual o trabalho não esteja articulado à necessidade de desempenho, de sacrifício, mas emancipado do poder exercido pelo capital. Ter um emprego qualquer tem sido considerado, nos dias atuais, até mesmo aval de dignidade (...) (MENESES, 2008, p.93).

Os estudos de Imbrizi (2005), ao tratar da formação do indivíduo no capitalismo tardio, ajudam a esclarecer nossas reflexões quando afirma que o processo de formação do indivíduo na sociedade atual passa a ser controlado buscando não uma formação para a vida, mas para aquilo que perpetue a racionalidade utilitarista das relações de mercado.

O problema está na distribuição desigual desses bens conquistados graças ao progresso técnico, o que é apontado como possibilidade está muito longe da realidade, mais do que isso, a humanidade ainda sofre com a miséria e a fome. Portanto, as inovações tecnológicas, até agora, não atingiram seu objetivo primeiro que é a diminuição do sofrimento de todos os homens (IMBRIZI, 2005, p.91).

Para essa autora, a técnica, ao estar enredada aos trâmites da dominação, acaba por corroborar o sofrimento dos indivíduos. Assim, a dominação encontra-se presente, portanto, no processo de formação do indivíduo.

As inovações tecnológicas, enquanto estiverem vinculadas à dominação e às relações sociais inerentes à lógica capitalista, não propiciarão condições dignas de vida ao ser humano, pior, caminharão para a regressão da sociedade e da consciência dos homens. No lugar de diminuir o medo, o perpetua (IMBRIZI, 2005, p.94).

A autora em questão ressalta, ainda, que se a sociedade contemporânea não for capaz de executar a transformação social necessária para romper com a sociedade administrada, ela será dominada pela lógica da racionalidade tecnológica.

Se o trabalho humano constitui a sociedade e é responsável pela técnica, pela ciência e pelas inovações tecnológicas assim constituídas, então ele deve ser questionado em suas bases com o fim de apontar as barreiras ideológicas que impedem a sua superação (IMBRIZI, 2005, p.94).

Crochík (2011), ao discutir o significado do poder da instrumentalização na formação dos indivíduos, esclarece que as condições objetivas que levam a perseguição de minorias, como aconteceu no nazismo e no fascismo, não deixaram de existir. Assim sendo, a formação de indivíduos que realizam tal barbárie continua a acontecer. Daí, a importância de compreender que a formação dos indivíduos sempre depende das

condições objetivas e da interiorização da cultura, e que a cultura tende a se expressar como mercadoria. Pois, tanto a formação quanto a própria cultura perdem a sua relativa autonomia e propiciam o não desenvolvimento de uma interioridade. A formação do indivíduo por meio dessa perspectiva cultural é propícia à identificação forjada com as imagens de publicidade e não se distingue mais das mercadorias.

Numa sociedade na qual indivíduo e sujeito não coincidem, na qual o indivíduo não pode ser sujeito, por mais que a responsabilidade de seus atos recaia sobre si, a percepção, o pensamento e a sensibilidade são restringidos (CROCHÍK, 2011, p.15).

Para esse autor, tais fatos são condizentes com a ideologia da sociedade industrial, ao valorizarem o primado da forma. “Esse primado se expressa por leis, regras, normas, princípios, que subsumem a si toda particularidade dos objetos, procurando amoldá-los” (CROCHÍK, 2011, p.15). A sociedade não é mais reconhecida como determinante no processo de formação e sim entendida como princípio necessário à convivência social. O autor explica, ainda, que a percepção do mundo é diminuída às formas já existentes, moldando o mundo de acordo com a conveniência da indústria cultural⁴. Sendo assim, a fusão entre cultura e sociedade, possibilitada pela redução da primeira à racionalidade da segunda, dificulta a crítica ao já existente e acaba por não objetivar que o indivíduo se torne diferente do que é.

Quando a forma torna-se o meio de expressão do sujeito, as suas manifestações e possibilidades de julgamento ficam reduzidas, e tudo passa a ser previsível, ou seja, reflexo da própria objetificação. Forma e conteúdo se misturam, o que acaba por impossibilitar a distinção e relação entre sujeito e objeto, substituindo a objetivação pela objetificação.

Se os homens não podem mais se identificar por meio de suas diferenças, mas somente por meio de uma racionalidade que de meio

⁴ O conceito de indústria cultural, elaborado por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do iluminismo*, diz respeito a uma teoria social do conhecimento, apontando para o fato de tudo se transformar em artigo de consumo.

se converteu em fim, a identificação resultante é a negação da própria identificação (CROCHÍK, 2011, p.29).

Assim, o sujeito perde a capacidade de perceber as contradições da sociedade e o mundo injusto em que vivemos, conforme o autor em questão argumenta. E, também, deixa de perceber que a ordem existente na sociedade pode ser modificada. Nesse sentido, é importante ressaltar que a formação do indivíduo deve considerar a possibilidade de ser determinada pela superação das condições concretas da vida e de possibilitar a busca da autonomia do indivíduo para controlar sua vida e, assim, poder diferenciar-se como sujeito.

A compreensão dessas questões é fundamental para analisarmos o processo essencial de constituição da subjetividade, pois esta se desenvolve pela interiorização da cultura, de forma a permitir que o sujeito possa expressar-se e construir a reflexão crítica da sociedade, como afirma Crochík (2011). A cultura tem como função principal defender o homem das ameaças da natureza, pois o próprio homem também é natureza, ou seja, a cultura deve ser capaz de defender o homem dele mesmo.

Crochík (2011), ao discutir os desafios atuais do estudo da subjetividade, chama a atenção à necessidade de o indivíduo apropriar-se das categorias do pensamento desenvolvida pela cultura.

A cultura como realização da natureza humana define-se, desta forma, pelo enfrentamento do que ameaça o homem, presente tanto nos desafios da natureza quanto nas regras de relacionamento humano criadas por ela (CROCHÍK, 2011, p.102).

A formação da subjetividade, dessa forma, está mediada pela cultura e pela capacidade de o indivíduo se adaptar, de ir além do que está posto, de pensar e criticar, podendo se expressar de forma autônoma e, com isso, enfatizando a relação fundamental entre a sua formação e individuação.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Para compreendermos a constituição da subjetividade, selecionamos alguns estudos que podem contribuir para ampliarmos as reflexões sobre a formação do indivíduo no processo histórico. Os estudos de Figueiredo⁵ (1991), a nosso ver, são elucidativos à compreensão dessa questão. Em suas análises, o psicanalista observa que, a partir do momento histórico em que os homens produziam além do necessário para a sua subsistência e que a produção para a troca passou a ser uma realidade, já se encontrava um forte motivo para a experiência da subjetividade privatizada⁶, pois “cada um deve ser capaz de identificar a sua especialidade, aperfeiçoar-se nela, identificar-se com ela” (FIGUEIREDO, 1991, p.22).

Quando o mercado toma conta de todas as relações humanas, isto é, quando todas as relações entre os homens se dão por meio de compra e venda de produtos elaborados por produtores particulares, universaliza-se a experiência de que os interesses de cada produtor são para ele mais importantes do que os interesses da sociedade como um todo e assim deve ser (FIGUEIREDO, p.22-23).

O autor esclarece que além do mercado de produtos ocorreu também o mercado de trabalho para aqueles indivíduos que não produziam e, por isso, precisaram vender sua força de trabalho por um salário. Assim, na sociedade mercantil desenvolveram-se duas formas de pensamento que refletiam a experiência subjetiva privatizada, a ideologia liberal iluminista e a romântica.

De acordo com a ideologia liberal, cujas principais ideias manifestaram-se na Revolução Francesa, os homens são iguais em capacidade e devem ser iguais em direitos. Sendo assim, todos devem ser livres. Contudo, para que esta liberdade não redunde em caos,

⁵ Mesmo com as diferenças de alguns conceitos do referencial teórico escolhido para a pesquisa, o autor Luís Claudio Mendonça Figueiredo, contribui de forma impar, por ter discutido sobre a subjetividade na contemporaneidade. A escolha desse autor foi baseada pelo mérito de suas obras, e não procederem à simples exposição das diferentes teorias psicológicas, levando o leitor também a refletir sobre as condições socioculturais.

⁶ Subjetividade privatizada faz referência ao individual, singular e particular.

todos devem ser solidários uns como os outros, sem renunciar a esta liberdade. Se todos são iguais, é natural que devam ser livres para defender seus interesses sem limitações. Entretanto, como todos são iguais, é possível supor que, em última análise, possam ser fraternos (FIGUEIREDO, 1991, p.27).

O movimento do romantismo, expresso principalmente nas artes e na filosofia, aponta discussões esclarecedoras sobre as mudanças que foram acontecendo na sociedade. Tais discussões evidenciam que o movimento apresentava uma visão de mundo centrada no indivíduo. Com isso, foi aberto espaço para a manifestação da individualidade, muitas vezes definida pelas emoções e sentimentos que foram expressos em manifestações artísticas e em pensamentos filosóficos.

Ao mesmo tempo que os espaços foram constituídos, a crença de que a fraternidade seria possível e que todos seriam livres para defender seus interesses particulares não sobreviveu por muito tempo. Dessa forma, a subjetividade privatizada entrou em crise, sendo essa situação necessária para o surgimento de projetos da psicologia científica.

Para Figueiredo (1991), a crise da subjetividade aconteceu quando o homem descobriu que a liberdade e a diferença eram, em grande medida, uma ilusão, pois os interesses particulares levavam a conflitos. A liberdade para cada um tratar de seu negócio desencadeou lutas e guerras.

Quando os homens passam pelas experiências de uma subjetividade privatizada e ao mesmo tempo percebem que não são tão livres e tão diferentes quanto imaginavam, ficam perplexos. Põem-se a pensar acerca das causas e do significado de tudo que fazem, sentem e pensam sobre eles mesmos. Os tempos estão maduros para uma psicologia científica (FIGUEIREDO, 1991, p.30).

Ao lado da experiência da subjetividade privatizada emergiu, no contexto das existências individuais, a necessidade de saber quem somos e porque agimos de determinada maneira. Assim, surge a necessidade de o Estado lidar de forma adequada com os sujeitos individuais e, também, discipliná-los para uma ordem social, na

esperança de ser possível padronizá-los a serviço de uma ordem social. Ocorre então o espaço para a prática psicológica, principalmente nos campos de aplicação da educação e do trabalho.

Os estudos psicológicos científicos começaram e se desenvolveram sempre marcados por esta contradição: por um lado, a ciência moderna pressupõe sujeitos livres e diferenciados – senhores de fato e de direito da natureza; de outro, procura conhecer e dominar esta própria subjetividade, reduzir ou mesmo eliminar as diferenças individuais (FIGUEIREDO, 1991, p.36-37).

As discussões abordadas por Figueiredo (1991) contribuem, sobremaneira, à reflexão do papel histórico cumprido pela sistematização da psicologia científica e consequentemente para o estudo da subjetividade. Contudo, outras questões importantes para esses estudos são as contribuições de Crochík (1995) ao tratar do papel político cumprido pela psicologia.

Segundo o pesquisador frankfurtiano, o termo psicologia política é uma reflexão que faz referência ao termo política, que, por sua vez, faz alusão ao domínio público e a uma necessidade de articulação entre os interesses do sujeito e a sociedade, e o termo psicologia faz alusão à subjetividade individual. Tal termo deve aproximar a consciência individual da consciência política. Dessa forma, o autor sugere uma reflexão sobre o uso desse termo como objeto de estudo da psicologia social.

Em outras palavras, se a Psicologia Social não poderia se aproximar dos determinantes objetivos introjetados que se vinculam a decisões políticas, sem se confundir com uma Sociologia que estuda (o fim da) a esfera política, buscando os seus determinantes objetivos (CROCHÍK, 1995, p.55).

Crochík (2011), no texto Nota sobre a Formação Ética e Política do Psicólogo, ao examinar a relação entre os temas, chama a atenção à formação e atuação do psicólogo, ao afirmar que toda psicologia é política. Entre as questões abordadas, destaca que a forma pela qual a propriedade é disposta no capitalismo tem conduzido a

que a angústia social medeia a formação da subjetividade. Daí, a necessidade de refletir acerca da distância entre as esferas individual e social, que leva ao mútuo desconhecimento entre ambas, pois considera importante pensar sobre os indivíduos, na atualidade, ante as esferas que dirigem as suas vidas, ou seja, o que afeta as suas ações políticas e morais.

Nesse sentido, a sociedade não pode ser concebida como algo abstrato e levar o indivíduo à ilusão de que sua vida depende apenas de si mesmo, impedindo-o, assim, de perceber as suas contradições e, até mesmo, a capacidade de pensar por si próprio. Portanto, o indivíduo deve apropriar-se das categorias de pensamento desenvolvidas pela cultura. Pois, “seria errôneo supor que as individualidades compõem dinamicamente a sociedade alterando-a continuamente” (CROCHÍK, 2011, p.92). Nessa sociedade, torna-se difícil supor que a dialética entre indivíduo e a cultura seja simétrica, ou seja, é ilusória a ideia de que a cultura atualmente é produzida continuamente pelo indivíduo.

Se o indivíduo deve introjetar a cultura para se construir, a formação do ego não pode prescindir da racionalidade que permite a crítica àquela; contudo, quando essa racionalidade se ausenta, no momento em que se separam os meios dos fins e os primeiros são considerados como fins em si mesmo, os comportamentos irracionais vêm à tona. Assim, mesmo em relação aos comportamentos individuais, as categorias sociais são determinantes (CROCHÍK, 2011, p.92).

Com a atual distância entre o indivíduo e a sociedade, quase não se pensa mais nas condições objetivas e no quanto elas determinam os comportamentos individuais e a importância da história de vida do indivíduo para entender suas ações e características pessoais. Crochík (2011) aponta que essa distância entre o indivíduo e a sociedade não contradiz a invasão da esfera privada pela esfera pública.

Se o indivíduo se constitui no seio das relações sociais, os seus interesses devem ser procurados dentro dessas e não em si mesmo. Com isso não se está dizendo que o domínio psicológico não tenha uma verdade distinta da esfera social, mas que mesmo essa verdade

deve ser remetida ao que a sociedade exige do indivíduo para a sua adaptação (CROCHÍK, 2011, p.95).

Dessa forma, a psicologia torna-se ideológica quando se propõe entender o indivíduo abstraíndo-o das relações sociais, ocultando a sua origem histórica e social, dificultando a própria consciência que não pode ser reduzida a determinantes psíquicos.

Na apresentação do livro *Psicologia Social*, as autoras Resende e Chaves (2010) consideram as complexas relações na constituição do sujeito tomado em sua relação com a cultura, desenvolvidas tanto na objetividade quanto na subjetividade. Ambas as formas podem apontar um reducionismo no campo da psicologia social, em que é possível observar que há a sobreposição da objetividade sob a subjetividade na forma de um determinismo, ou o contrário, a sobreposição da subjetividade, na forma da independência do sujeito frente ao mundo, de modo a psicologizar o indivíduo e suas relações. Também, observam que durante décadas a psicologia social foi dominada pela tradição fisiologista no registro da exterioridade do sujeito, cindindo o sujeito e o objeto. Assim, a psicologia social explicava o indivíduo apenas por suas exteriorizações.

Não há dúvidas de que essa compreensão do indivíduo, fundada na análise exclusiva de suas externalizações, não explica as relações fundamentais que se efetivam no mundo, ou seja, as relações entre a subjetividade e a objetividade e, na polarização com essa concepção de ciência, outras vertentes e abordagens se consolidaram no campo da psicologia social. Entre essas, a contribuição dos autores daquela que se convencionou chamar de “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt” (RESENDE; CHAVES, 2010, p.8).

Nesse sentido, reiteramos a importância de tais estudos para as reflexões abordadas nesta dissertação.

3.3 A QUESTÃO DAS EMOÇÕES, SENTIMENTOS E AFETOS

A palavra afeto designa uma classe restrita de emoções que acompanham algumas relações interpessoais, como explica Abbagnano (2007):

Essa palavra designa um conjunto de atos ou atitudes (...), que no todo, podem ser caracterizados como a situação em que uma pessoa “se preocupa com” ou “cuida de” outra pessoa ou em que esta responde, positivamente, aos cuidados ou à preocupação de que foi objeto (ABBAGNANO, 2007, p.20).

Esse estudioso da filosofia explica que o afeto está diretamente ligado a relações afetivas, caracterizado por atitudes como bondade e benevolência. O termo afetivo significa, em geral, tudo que se refere ao campo das emoções que acompanham as relações interpessoais e exclui o caráter dominante, totalitário e exclusivista da paixão.

Sabemos que no processo histórico a substancialidade dos conceitos sobre os afetos são importantes na compreensão da constituição do psiquismo humano. Assim, no que diz respeito à emoção, a psicóloga e pesquisadora Sawaia (2000), com base nos estudos da psicologia sócio-histórica, afirma que a emoção deve ser compreendida como questão epistemológica, por se tratar da temática central da história das ideias e, também, pelo fato de ser um conceito contemporâneo e atual.

O que está crescendo, nesta virada de século, é a tendência à proliferação de receituários e tecnologias de rápida aplicação para manipular e regular sentimentos. Cursos para desenvolver a inteligência emocional de gerentes e executivos surgem com velocidade espantosa, ensinando que o chefe emocionalmente inteligente evita atritos pessoais e passa ao trabalhador a sensação de que são amados e reconhecidos, embora mal remunerados, é claro (SAWAIA, 2000, p.2).

Para a autora existe uma relação dialética entre pensamento e emoção e que “o próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência” (SAWAIA, 2000, p.7). A emoção é a base do pensamento, pois um pensamento não motivado é impossível. Com isso, os sentimentos são próprios do sujeito que é afetado pelas emoções do corpo na relação social. Assim, as emoções são compreendidas como ligadas ao campo orgânico; já os sentimentos, ao campo simbólico. Porém, ambos devem ser apreendidos como funções humanas superiores e mediadas socialmente:

Na psicologia há grande diversidade no uso dos conceitos: emoção, sentimentos e afetividade. Uns os consideram como sinônimos, outros distinguem emoção de sentimento, ligando a primeira ao orgânico e ao instinto e a segunda, ao racional e ao simbólico. Caso Vygotsky aceitasse tal diferença, só poderia falar de emoção como “função psicológica inferior”, sem a mediação do significado, o que na sua teoria é incorreto. Na sua concepção, as emoções também são funções mediadas, são sentimentos humanos superiores, pois, até o próprio organismo reage a significados de forma que as sinapses cerebrais são mediadas socialmente (SAWAIA, 2000, p.9).

Para Lane (2003), pesquisadora e autora que contribuiu significativamente para o avanço da Psicologia Social no Brasil, além da linguagem e do pensamento, as emoções passam a ser consideradas como forma de nos comunicarmos com o grupo social. Sendo a linguagem e a emoção compreendidas como mediação na construção do sujeito. Afirma, ainda, que desde os primórdios da existência humana o falar e o pensar sempre foram mais valorizados do que a emoção, pois essa parecia prejudicar o pensamento e a própria evolução da espécie.

Durante vinte séculos da história ocidental permanecem ainda duas contradições fundamentais a serem solucionadas: o idealismo x o materialismo, no plano filosófico e/ou científico, e a linguagem-pensamento x as emoções no nível individual, ou seja, psicológico. Tudo indica, no entanto, que ambas estão estreitamente vinculadas (LANE, 2003, p.104).

Por sua vez, Leão (1999), também, referendada por estudos dos pesquisadores da Psicologia Sócio-Histórica, (Vigotsky: 1896-1934, Leontiev: 1903-1979 e Luria: 1902-1977, seus principais autores) ao discutir sobre os processos do pensamento, explica que a interação intrapsicológica entre a afetividade e a racionalidade se tornou dependente do desenvolvimento do pensamento organizado com representações simbólicas, que condicionam as manifestações emocionais, de acordo com as regras culturais de cada momento histórico.

Como na nossa cultura é o pensamento que tende a se desenvolver mais intensamente e a representar-se pela linguagem verbal, será principalmente através desta que a emoção passará a se expressar. Mas as situações sócio-emocionais implicam, no plano do pensamento, a necessidade de objetivar o real, de pensá-lo em potencial. Isto será possibilitado pela apropriação das categorias enquanto noções lógicas que refletem as propriedades e as relações mais gerais dos fenômenos reais, já elaboradas pelo grupo social.” (LEÃO, 1999, p.44).

A autora observa que a afetividade proporciona forças integradoras e motivacionais à consciência. Contudo, as suas relações interfuncionais são dialéticas e, no decorrer do desenvolvimento, caracterizam-se por constantes transformações. No que diz respeito aos sentimentos, explica que esses são resultados complexos da vida coletiva, decorrentes da formação mais recente na história humana que a memória, o sentido de orientação, a percepção e a atenção.

Dentre estes sistemas, a forma de pensar que junto com o sistema de conceitos nos é imposto pelo meio que nos rodeia, inclui também os nossos sentimentos. Tanto que não sentimos simplesmente; o sentimento é percebido de forma específica como o ciúme, a cólera, o ultraje, a ofensa. O fato de nomearmos os sentimentos faz com que estes variem, devido à relação que mantêm com os pensamentos (LEÃO, 1999, p.59).

Lane (2003) também afirma que existe uma diferença sutil entre os termos emoção e afeto, e que ambos são usados frequentemente como sinônimos. As emoções

seriam instintivas, filogenéticas, assim como para os animais, e os afetos seriam aquelas emoções nomeadas pela linguagem, presentes na consciência.

Se a consciência é a síntese dialética da contradição entre a linguagem e as emoções, assumindo, simplesmente, que são os afetos que importam, estaremos negando condições fisiológicas que deverão ser identificadas por nós e pela sociedade, dando nomes a elas, sem utilizar expressões como *angustias* ou *ansiedade*, e sem termos a clareza do que sentimos. Chegamos, assim, à concepção da unidade psicofisiológica, na qual sentir uma emoção pode ser dissociado de uma palavra, como acontece com uma música, uma escultura ou uma pintura, difícil, se não impossível, de serem descritas verbalmente (LANE, 2003, p.109).

Assim, a autora faz referência ao que denominamos de emoção como os instintos provenientes do inconsciente e que os afetos seriam a parte consciente desses. As emoções, como dito, são de origem filogenética e com a possibilidade de uma linguagem articulada, adquirida ontogeneticamente, e que o ser humano conseguiu nomeá-las e identifica-las como afetos.

Para Sawaia (2000), os afetos – emoção e sentimento – são distintos através do conceito de temporalidade. A emoção, vista como imediata, breve e momentânea, é centrada em objetos ou imagens e provoca alterações corpóreas e comportamentais. O sentimento é a mesma emoção, porém sem prazo; portanto, de longa duração, que não se refere a coisa. “É o tom emocional que caracteriza a forma como me coloco no mundo.” (SAWAIA, 2000, p.10).

A afetividade se refere a um nome atribuído à capacidade humana de tornar conscientes os instintos, sendo construída como consequência da vida histórica e adquirindo sentido nas relações específicas de seu contexto. Os afetos são funções psicológicas superiores de origem social, mediados por um sistema conceitual, cujos significados já estão cristalizados em palavras, segundo a autora acima citada.

Como estudiosa de Espinosa e de Vygostsky, Sawaia (2000) pondera que esses autores contribuíram para a compreensão da emoção como positividade epistemológica ao romperem com algumas teorias de abordagem negativa ao colocar a afetividade

associada ao individualismo e ao plano incontrolável dos instintos. O conceito de emocionalidade cultural explica o fato de que apresentamos modos de reagir que fazem parte das práticas sociais, que são modos aceitáveis de comportamento em relação às afecções do corpo.

Esclarece, ainda, que a afetividade deve ser compreendida como positiva no momento em que a concebemos de forma adaptada, mediada por signos sociais, deslocando o conceito para o campo da política e transferindo-a do campo dos instintos para o do conhecimento (conhecer é saber como agir, o agir adequado) sem negar qualquer modificação ou efeito biológico. Nesse sentido, precisa ser entendida como um universo particular de estudo e de ação social, aliada à dimensão política, pois reflete o que há de singular na vida social para promover a sua transformação. Assim sendo, fica evidente a importância de buscarmos compreender melhor questões referentes às relações afetivas no trabalho.

3.3.1 Trabalho e afeto

No estudo realizado por Valle (2005) sobre afeto e trabalho, referendado por um levantamento de artigos nacionais e internacionais sobre a temática, entre os anos de 1996 a 2001, ficam evidentes os diferentes conceitos sobre o significado de afetividade:

A afetividade pode ser caracterizada como a capacidade de experimentar sentimentos e emoções (Paim, 1993). No conceito de afetividade está implícita a existência de um conteúdo relacional, isto é, somos afetivos em relação a nós mesmos, ao outro ou a algum fato ou contexto ambiental. Neste sentido, Slywicht (1998) observa que o afeto é o ato de se deixar tocar (e de ser afetado) pelos outros e pelo mundo e “quando isso ocorre há uma nova visualização da relação entre o ser e o mundo” (p. 52). Ey, Bernard e Brisset (1988) descrevem o afeto como o termo geral utilizado para exprimir os fenômenos da afetividade, incluindo as nuances do desejo, do prazer e da dor, presentes na experiência sob a forma de sentimentos vitais, humor e emoções (VALLE, 2005, p.1-2).

Na revisão feita nos periódicos nacionais referentes às áreas da psicologia e da administração sobre afeto e trabalho, Valle (2005) identificou os aspectos de satisfação, prazer e sofrimento como temáticas principais em catorze artigos, mas não encontrou nenhuma referência sobre humor, emoções, inveja e ciúmes. Para a autora, no Brasil ainda há uma diferença em relação ao conteúdo sobre satisfação no trabalho em comparação com o que é publicado na literatura internacional. “A literatura internacional sugere a busca de uma abordagem que perceba os elementos tanto cognitivos, quanto afetivos contidos no construto satisfação no trabalho” (VALLE, 2005, p.10).

Quanto ao estudo de satisfação no trabalho, muito ainda há de se trabalhar no país. Há diferentes interpretações sobre a natureza do construto, metodologias abrangentes em demasia e falta de instrumentos mais atualizados (utilização de instrumentos confeccionados na década de 60 do século passado). Apesar de muitos estudos na literatura internacional, no Brasil há carência de delimitação do campo. Há, por exemplos, os estudos que versam sobre QVT⁷, que na verdade estão se referindo à satisfação no trabalho. Há também necessidade de maior enfoque na faceta afetiva do construto, a exemplo dos Estados Unidos que já a estudam desde a década de 90. Questiona-se, por fim a realidade de pesquisa do tema “afeto no trabalho” no país (VALLE, 2005, p.10).

Também contribui com a discussão da temática sobre afetividade e trabalho os estudos sobre a psicologia organizacional e do trabalho, das autoras Gondim e Siqueira (2004). Elas evidenciam a dificuldade do assunto ao afirmarem que as emoções e os afetos influenciam nossa existência, dando uma tonalidade especial exercem um papel importante, seja em nossa sobrevivência, em nosso ajustamento social e no próprio desenvolvimento, seja na própria construção histórica de um povo ou de uma pessoa.

De acordo com a análise das autoras, aprendemos a adequar nossas emoções e afetos a contextos sociais específicos, visto que há normas e costumes estabelecidos que permitem a expressão de forma adaptada. A maneira como cada indivíduo percebe como as emoções o afeta é no processo de socialização que se aprende como e em que contexto os sentimentos podem ser expressos ou inibidos. O próprio processo de

⁷ Qualidade de vida no trabalho.

socialização tem como objetivo principal a inserção do indivíduo em determinada cultura.

Em poucas décadas, o estudo das emoções tornou-se alvo de investigação sobre o comportamento e subjetividade dos trabalhadores, rompendo com a estranheza dessa temática ante a superioridade dada à racionalidade. Porém, segundo as autoras referidas, o foco da temática ainda está voltado para os aspectos cognitivos. Assim, é fundamental serem consolidadas novas abordagens e discussões sobre a importância dos afetos e, conseqüentemente, sobre o estudo da subjetividade no ambiente organizacional.

O que mudou ao longo deste período foi a percepção de que os estudos das emoções e dos afetos poderiam ajudar a compreender, por exemplo, o impacto das mudanças de gestão organizacional nos trabalhadores e as diversidades culturais que muitas vezes fazem eclodir rivalidades étnicas e conflitos de papéis. Dito de outro modo, o ambiente externo influencia as emoções, o humor e o afeto do trabalhador, o que pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento de um clima propício ao bem-estar no trabalho (GONDIM E SIQUEIRA, 2004, p.208).

No cotidiano das organizações, explicam as pesquisadoras, persiste a crença de que algumas emoções como o ciúmes e a inveja devem ser inibidas no ambiente de trabalho, pois – ainda que sejam sentimentos comuns entre os trabalhadores – são percebidas como relações afetivas negativas, que causam a separação e a desunião na equipe de trabalho. Para que esses sentimentos negativos possam ser minimizados, a organização deve produzir normas que estipulem a obrigatoriedade de ações voltadas para o trabalho em equipe e a solidariedade. Com isso, há a possibilidade de produzir sentimentos de pertencimento ao grupo e estabelecer relações afetivas adaptadas, como a própria união. Assim, as empresas, como todos os outros contextos sociais, tentam normalizar a expressão dos afetos, tornando-os previsíveis e ajustados, para que seja cumprido o seu papel de instituição que segue o caráter utilitarista, disciplinatório, e focada na produtividade.

Como esclarecem Gondim e Siqueira (2004), a crença que sustentou grande parte dos estudos sobre as relações afetivas, desde a década de 1970, é a de que as

emoções e os afetos desorganizavam o pensamento, colocando em risco a racionalidade exigida em seu contexto. Desde os experimentos conhecidos como efeito Hawthorne⁸, entre os anos 1924 e 1932, as relações afetivas presentes na interação dos trabalhadores tentaram ocupar um espaço na discussão sobre seu papel e a racionalidade organizacional. As autoras defendem que não se pode atingir um nível de racionalidade sem que se leve em conta os fatores afetivos e emocionais envolvidos, reconhecendo que há uma relação de interdependência entre emoção e razão. Ou seja, essa relação não pode ser antagônica.

O foco em resultados objetivos, em planejamento e metas aponta para a preocupação racional necessária e presente nas organizações, porém os afetos contribuem para a efetividade organizacional, oferecendo qualidade às relações humanas no trabalho. Assim, a organização perde capacidade de reagir diante da necessidade contínua de transformação e adaptação caso não consiga ter espaço para a criatividade e a flexibilidade. As autoras Gondim e Siqueira (2004) referem-se, também, ao sentimento e às emoções e compreendem a afetividade sem a cisão entre a razão e o afeto, observando que a sua constituição é histórica e mediada pela sociedade.

Dessa forma, pontuamos como a concepção sócio-histórica e a dos estudos afeitos às relações afetivas no trabalho, em que predominam análises concernentes aos estudos da psicologia organizacional, contribuem para a análise da constituição da subjetividade, em especial das pontuações sobre as relações afetivas no trabalho.

3.3.2 Relações de trabalho

A nosso ver, compreender a questão dos afetos nas relações de trabalho implica em refletirmos criticamente sobre o que tem ocorrido nessas relações. Nesse sentido, concordamos com Marcuse (1967) quando esclarece que a sociedade industrial apresenta um progresso tecnológico que cria formas de poder, com o objetivo de manter

⁸ Elton Mayo e colegas (Mayo, 1946), um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, realizaram um experimento em uma fábrica nos Estados Unidos e descobriram que os trabalhadores mudavam seu desempenho e sua *morale* pelo simples motivo de perceberem uma atenção maior por parte da gerência em relação à sua vivência no trabalho. Esse efeito é conhecido até hoje como efeito Hawthorne. (MACIEL, 2013, p.79)

o sistema vigente controlado, e que, assim, têm prevalecido relações de trabalho que ainda mantêm a dominação.

No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política (MARCUSE, 1967, p.19).

Tal situação conduz à falta de liberdade, na necessária supressão da individualidade que ocorre na mecanização do desempenho social apresentado nas organizações e na regulamentação da livre competição entre os indivíduos.

Vale ressaltar, como argumenta Marcuse (1967), que no início da sociedade industrial os direitos e liberdades foram vitais para o desenvolvimento da sociedade mais avançada.

Liberdade de pensamento, liberdade de palavra e liberdade de consciência foram – assim como o livre empreendimento, que elas ajudaram a promover e proteger – ideias essencialmente críticas destinadas a substituir uma cultura material e intelectual obsoleta por outra mais produtiva e racional. Uma vez institucionalizados, esses direitos e liberdades compartilham do destino da sociedade da qual se haviam tornado parte integral. A realização cancela as premissas (MARCUSE, 1967, p.23).

Com o progresso da sociedade industrial, a presença da racionalidade e controle se torna essencial, anulando o pensamento livre necessário para seu próprio desenvolvimento. “Independência de pensamento, autonomia e direito à oposição política estão perdendo sua função crítica básica numa sociedade que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos através da forma pela qual é organizada” (MARCUSE, 1967, p.23-24). Assim, a premissa de uma sociedade livre,

nos termos tradicionais de liberdade política, econômica e intelectual, não pode ser adequada para a sociedade industrial atual.

A liberdade de empreendimento não foi de modo algum, desde o início, uma vantagem. Quanto à liberdade de trabalhar ou morrer à mingua, significou labuta, insegurança e temor para a grande maioria da população. Se o indivíduo não mais fosse compelido a se demonstrar no mercado como um sujeito econômico livre, o desaparecimento desse tipo de liberdade seria uma das maiores conquistas da civilização. Os processos tecnológicos de mecanização e padronização podem liberar energia individual para um domínio de liberdade ainda desconhecido, para além da necessidade. A própria estrutura da existência humana seria alterada; o indivíduo seria libertado da imposição, pelo mundo do trabalho, de necessidades e possibilidades alheias a ele; ficaria livre para exercer autonomia sobre uma vida que seria sua. Se o aparato produtivo pudesse ser organizado e orientado para a satisfação das necessidades vitais, seu controle bem poderia ser centralizado; tal controle não impediria a autonomia individual, antes tornando-a possível (MARCUSE, 1967, p.24).

De acordo com esse autor a forma mais eficaz de guerra contra a libertação é a implantação das necessidades materiais e intelectuais. A satisfação de uma necessidade é compreendida como necessidade histórica ao deixar os indivíduos sujeitos a padrões críticos predominantes, pois o conteúdo e a função social dessa necessidade são determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle. Independente da satisfação gerada por essa necessidade, tais forças continuam a ser produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão.

Marcuse (1967) segue explicando que podemos distinguir as necessidades verídicas das falsas. Estas últimas significam aquelas necessidades impostas ao indivíduo por interesses sociais e que acabam por reprimi-lo, como por exemplo, as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. A satisfação dessa falsa necessidade pode até ser agradável no primeiro momento, mas não é mantida diante de toda adversidade presenciada na sociedade atual. “A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertencem a essa categoria de falsas necessidades” (MARCUSE, 1967, p.26).

Para além da satisfação das necessidades vitais de alimento, roupa, abrigo e cultura, o homem mantém a sua satisfação no consumo de mercadorias impostas pela sociedade. Assim, o trabalhador possui a roupa da moda, a mesma que a classe rica possui, mesmo que para isso ele tenha que parcelar o valor e se endividar. A satisfação momentânea provocada pelo sentimento de possuir um item desejado desaparece no momento em que o trabalhador se vê obrigado a permanecer em seu atual emprego para pagar todas as dívidas que fez.

Com esse argumento, Marcuse (1967) diz que para o julgamento da veracidade ou falsidade dessas necessidades seria importante que os indivíduos estivessem livres para dar suas próprias respostas. Enquanto os homens forem manipulados pela sociedade e incapazes de serem autônomos, eles não conseguem dar respostas diferentes ao que tem sido imposto pelo sistema vigente. Diante disso, o autor questiona: “como podem as pessoas, que tenham sido objeto de dominação eficaz e produtiva, criar elas próprias às condições de liberdade?” (MARCUSE, 1967, p.27).

O autor esclarece que a liberdade pode ser transformada em um poderoso instrumento de dominação, pois o que pode ser escolhido pelo indivíduo é um fator decisivo para a determinação da sensação do grau de liberdade. Essa sensação da livre escolha entre várias mercadorias não significa liberdade, visto que há controles sociais que sustentam todas as opções.

Toda libertação depende da consciência de servidão e o surgimento dessa consciência é sempre impedido pela predominância de necessidades e satisfações que se tornaram, em grande proporção, do próprio indivíduo. O processo substitui sempre um sistema de condicionamento por outro; o objetivo ótimo é a substituição de falsas necessidades por outras verdadeiras, o abandono da satisfação repressiva (MARCUSE, 1967, p.28).

Destaca, ainda, que o poder de doutrinação dos meios de informação que as pessoas recebem não devem ser superestimados como poder de dominação.

As criaturas entram nessa fase (referência ao momento da produção em massa do rádio e da televisão e a centralização de seu controle) já sendo de há muito receptáculos condicionados; a diferença decisiva

está no aplanamento do contraste (ou conflito) entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as satisfeitas e as insatisfeitas. Aí, a chamada igualação das distinções de classe revela sua função ideológica. Se o trabalhador e seu patrão assistem ao mesmo programa de televisão e visitam os mesmos pontos pitorescos, se a datilógrafa se apresenta tão atraentemente pintada quanto a filha do patrão, se o negro possui o Cadillac, se todos lêem o mesmo jornal, essa assimilação não indica o desaparecimento de classes, mas a extensão com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do Esclarecimento é compartilhada pela população subjacente (MARCUSE, 1967, p.29).

Como exposto acima, o poder de dominação e alienação existente na sociedade atual tem levado os indivíduos a se reconhecerem em suas mercadorias, já que a sua identificação acaba sendo dirigida a objetos como as roupas, a casa e o automóvel. Assim, as formas de controle existentes reivindicam o indivíduo por inteiro, pois tira a sua capacidade de pensar criticamente. Nos termos de Marcuse (1967), ocorre a absorção da ideologia que está no próprio processo de produção. “Esta proposição revela, de forma provocadora, os aspectos políticos da racionalidade tecnológica prevalecente” (MARCUSE, 1967, p.32).

Chaves (2010) contribui com a discussão ao afirmar que o surgimento do indivíduo na modernidade apontou para a “reivindicação da liberdade e da felicidade como prerrogativas humanas, como dimensões ligadas à ideia de um sujeito que se constitui historicamente quando se reconhece diferente da sociedade” (CHAVES, 2010, p.35). A liberdade e a felicidade são conquistas ligadas a um sujeito autônomo e independente, as quais devem ser adquiridas pelo seu próprio esforço e capacidades individuais. Nesse sentido, no ideário burguês prevalece a lógica de que os homens, independentemente de sua origem ou posição social, são iguais e partilham todos os direitos, o que respalda uma nova concepção de felicidade.

Como o ideal de felicidade não pode ser realizado, pois a fruição destruiria a pureza que precisa corresponder a ele na realidade efetiva desprovida de ideal dessa sociedade, sua função é de disciplina. Para que se tenha, pelo menos um pouco, a sensação da felicidade, ela é reduzida a pequenos momentos transitórios (CHAVES, 2010, p.38).

Esses pequenos momentos transitórios podem ser exemplificados com a sensação de euforia na compra de um bem material, como disse Marcuse (1967). Chaves (2010) destaca que muitas pessoas necessitam eternizar o instante da felicidade para que a própria infelicidade possa ser suportada por mais tempo.

A sociedade não oferece ao indivíduo possibilidades para que ele seja feliz, mas o coloca a todo instante sob tensão, insegurança e medo, e prega, em nome da autoconservação, a capacidade para suportar as adversidades, a resistência ao sofrimento e ao sacrifício, não se dando conta de que, ao valorizar essa lógica, instiga a violência, pois aquele que é duro consigo mesmo se arroga o direito de ser duro com os demais (CHAVES, 2010, p.44).

Conforme já discutido, o sistema capitalista vigente apresenta agudas contradições, pois, em paralelo à necessidade crescente de produtividade, a pobreza em grande escala ainda faz parte da sociedade. “De um lado, uma pequena parte da população mundial que pode consumir bens de consumo sofisticados, de outro, a maioria da população que não consegue ter os produtos necessários para a sua sobrevivência” (CROCHÍK, 2005, p.12). A competitividade necessária nas relações de trabalho faz com que os indivíduos se tornem mais indiferentes uns com os outros, mesmo que aparentemente possa haver um clima afetuoso que encobre a convivência.

Na sociedade contemporânea, instala-se não a “consciência infeliz”, que possibilitaria o contato com o sofrimento, mas a “consciência feliz”. Assim, não há espaço para o sofrimento, diante das condições precárias de vida, o mínimo que é conquistado já é sinônimo de satisfação. A consequência dessa formação para a sociedade é que a “felicidade”, apesar de tênue, facilita a aceitação dos malefícios da realidade, o que é indício do declínio da compreensão dos acontecimentos e, conseqüentemente, da autonomia (CHAVES, 2010, p.46).

Nesse sentido, se o indivíduo não tem capacidade para se contrapor às instituições que o administra, como também não é capaz de oferecer resistência à realidade existente e de ter independência de pensamento, ele não é capaz de lutar por

uma nova direção na vida, e não pode ser considerado livre. E, assim, a nosso ver, também não pode ser considerado livre na constituição de sua subjetividade, ou seja, a ordem dos afetos, nas relações de trabalho, também acaba por ser administrada de acordo com a lógica da racionalidade tecnológica. Tal lógica presume a valorização da subjetividade do indivíduo, calcada em critérios como produtividade, padronização e adaptação de ações, atendendo, dessa forma, às necessidades impostas pela ideologia dominante. Com isso, a constituição da subjetividade se vincula ao conflito de satisfação de necessidades falsas.

Do ponto de vista afetivo, os desejos e necessidades do sujeito são moldados de acordo com o mundo da produção que, conseqüentemente, oferece as condições para a emergência de indivíduos incapazes de amar e/ou de aceitar e respeitar o que é diferente. Portanto, aponta o quanto as condições objetivas limitam cada vez mais as dimensões da subjetividade, como também o quanto estudos que não questionam essas situações acabam aceitando e confirmando uma noção limitada e unidimensional de indivíduo (IMBRIZI, 2005, p.26).

Assim, o indivíduo, ao desejar e consumir aquilo que é ditado pela indústria cultural, quase sempre igual à maioria, não se diferencia e assume a forma imposta pelo capital. O que pode ser observado, sobremaneira, nos afetos constituídos nas relações de trabalho.

4 A EMPIRIA: RELAÇÕES AFETIVAS NO TRABALHO DE UMA REDE SUPERMERCADISTA

Segundo Crochík (2011), “o método para se estudar a subjetividade deve ser, portanto, o que leva a procurar no indivíduo as marcas da sociedade” (p. 107). O autor afirma que o indivíduo é formado pela sociedade ao mesmo tempo que esse a forma, ou seja, que o indivíduo é mediado socialmente. Com isso, nas escolhas feitas para esta pesquisa procurou ater-se a essas marcas nos procedimentos metodológicos escolhidos.

Para isso, neste capítulo estão descritos os caminhos da pesquisa empírica realizada com os trabalhadores de uma rede supermercadista em Campo Grande - MS. Inicialmente, apresentamos os resultados relativos à elaboração do instrumento de investigação utilizado, os objetivos geral e específicos. A seguir, apontamos os resultados do estudo, acompanhados pela análise das respostas dos sujeitos da pesquisa.

4.1 OBJETIVO GERAL

Como foi dito na introdução deste trabalho, o objetivo deste estudo é analisar os resultados decorrentes da aplicação de um instrumento de investigação sobre relações afetivas no trabalho, elaborado para trabalhadores de uma organização privada do ramo supermercadista de Campo Grande - MS.

Assim, pretendeu-se atentar para as expressões desses trabalhadores, que atuam na área administrativa da empresa, e, ao mesmo tempo, refletir sobre os aspectos constitutivos da subjetividade na sociedade contemporânea, observando as influências das determinações impostas pelo mundo administrado, pautado no interesse do sistema capitalista.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos estão direcionados de acordo com os temas presentes no instrumento de investigação, qual seja, a Escala de Relações Afetivas no Trabalho:

- Verificar aspectos relacionados à compreensão do trabalhador sobre o significado do trabalho, na sociedade atual;
- Verificar aspectos referentes às relações afetivas no cotidiano do trabalho;
- Analisar o significado ideológico presente na concepção de trabalho.

Nesta pesquisa, que tem como base os estudos dos autores da Escola de Frankfurt, pode causar certa estranheza o uso de um instrumento psicométrico, haja vista a sistemática crítica de seus autores ao pensamento positivista e à supervalorização da experimentação. Justificamos o uso da escala como instrumento psicométrico, o método quantitativo, que segundo Crochík (2011), possibilita ao pesquisador verificar a extensão de acontecimentos e também refletir sobre as dificuldades de se pensar o singular possível em uma cultura que não cultiva a diferenciação. Assim, a investigação psicológica, a nosso ver, deve coligir dados sob a constituição dos aspectos relativos à subjetividade, considerando atitudes decorrentes das relações de trabalho na sociedade atual.

Desse modo, a utilização de uma escala psicométrica na investigação da subjetividade não implica incompatibilidade com o referencial teórico escolhido. Para sermos coerentes com esse referencial, precisamos refletir sobre o que representam os dados obtidos, tanto na análise quantitativa como na qualitativa. Nesse sentido, sabemos que os resultados não devem ser considerados como naturais ou universais, mas sim, condizentes com o processo histórico da sociedade.

4.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de investigação (anexo A) tem como objetivo principal o estudo de aspectos da subjetividade do trabalhador. Para tal propósito, utilizamos a Escala Social de Relações Afetivas no Trabalho, subdividida em três subescalas: Trabalho e Ideologia (TI); Afeto e Trabalho (AT); e Significado do Trabalho (ST). As subescalas contam com a utilização de estudos de Adorno, *et al.* (1995), itens de uma escala já

formulada e validada por Meneses (2008) e itens desenvolvidos e validados para o projeto de pesquisa do PROPP (Pró-Reitoria de Pós-Graduação – UFMS) desenvolvidos por Meneses (2011), composta por um total de 34 questões.

Essa escala social permite que os fatos quantitativos sejam transformados em qualitativos, pois discutem aspectos da constituição da subjetividade do sujeito, o que possibilita uma determinação mais adequada de diferenças entre grupos e indivíduos, facilitando a análise qualitativa dos distintos modelos de respostas e facultando compreender um maior campo de opiniões e atitudes (MENESES, 2008).

O instrumento de pesquisa, estruturado de acordo com o método Likert (1932), é uma bateria de testes de atitudes, que permite estabelecer uma escala numérica a respeito da intensidade e importância da opinião dos participantes a respeito de objetos, pessoas ou eventos. O sujeito, ao responder as questões, deve indicar o grau de acordo ou desacordo. Normalmente, o que se deseja medir nessa escala é o nível de concordância ou não concordância a uma afirmação. Nessa pesquisa, usamos quatro níveis de respostas (concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente e discordo totalmente).

O instrumento foi validado e já aplicado em outra pesquisa⁹ do grupo de estudo e pesquisa Formação do Indivíduo e Trabalho, o qual tem como objetivo principal estudos sobre questões pertinentes a subjetividade do trabalhador. Esse grupo é coordenado por Meneses e conta com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação em psicologia.

A validação da Escala de Relações Afetivas no Trabalho foi realizada com uma amostra de 137 estudantes da graduação da Universidade Federal de Mato Grosso de Sul (UFMS), dos cursos de psicologia, filosofia, administração de empresas, e com dez funcionários de uma empresa de telecomunicação sediada em Brasília - DF. A verificação dos índices psicométricos iniciais permitem estabelecer critérios para as modificações necessárias na escala.

⁹ A escala utilizada nesta dissertação faz parte de um estudo sobre as relações afetivas no trabalho, a qual tem como sujeitos os servidores públicos da esfera estadual de MS.

4.4 LOCAL DA PESQUISA

O local escolhido para a realização da pesquisa foi a sede administrativa do Grupo Pereira. A história desse Grupo Pereira começou em Itajaí (SC), em 1972, com a primeira loja chamada Comercial Pereira de Alimentos. Atualmente, o Grupo possui 48 lojas e três filiais para o atacado-distribuidor, sendo 48 lojas da bandeira Comper e catorze lojas com a bandeira Fort Atacadista, situadas em seis estados: Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

A escolha do local ocorreu em razão da parceria do Grupo com a UFMS, na prática de estágio docente dos acadêmicos do curso de psicologia, no setor de gestão de pessoas. Além dessa parceria, houve o consentimento da sede administrativa para que a pesquisa pudesse ser realizada no horário de trabalho.

4.5 PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DA PESQUISA

Todos os 230 funcionários do setor administrativo do Grupo Pereira foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa.

Os funcionários do setor de gestão de pessoas enviaram um e-mail a todos os funcionários da sede explicando que a pesquisadora do curso de mestrado em psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul estaria disponível para aplicar a pesquisa nos dias 4 e 5 de setembro de 2013, no período das 13h30min às 17 horas. A escolha da aplicação do instrumento da pesquisa no período vespertino foi deliberada pela empresa. Tal opção ocorreu em virtude de ser o ritmo de trabalho mais tranquilo nesse período, como também pela disponibilidade do local.

Para atender aos trabalhadores interessados, a equipe da gestão de pessoas organizou uma lista com uma média de dez funcionários, os quais, a cada 30 minutos, poderiam se conduzir à sala de reunião, local indicado para realização da pesquisa.

No dia da aplicação, além da lista, uma analista da gestão de pessoas ficou à disposição da pesquisadora e passou em todos os setores lembrando aos funcionários a realização da pesquisa.

A sala cedida pela instituição correspondeu à ambientação adequada para a realização dos trabalhos: boa iluminação, temperatura agradável, mobiliário confortável e espaço para que os trabalhadores pudessem preencher o instrumento com privacidade. O lugar tinha capacidade para o atendimento de até quinze pessoas ao mesmo tempo.

Os procedimentos utilizados para a aplicação do instrumento de pesquisa obedeceram aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos. Sendo assim, o termo de consentimento individual (anexo B) foi apresentado a todos os trabalhadores que se dispuseram a participar da pesquisa e deixado claro a garantia do sigilo das informações e a disponibilidade da pesquisadora para dúvidas e esclarecimentos necessários.

O critério escolhido para representar a amostra da pesquisa foi o método de amostragem não causal, amostragem acidental, como denomina Levin (1978), uma vez que a amostra foi organizada da maneira mais conveniente para o estabelecimento, sem comprometer o resultado da coleta de dados.

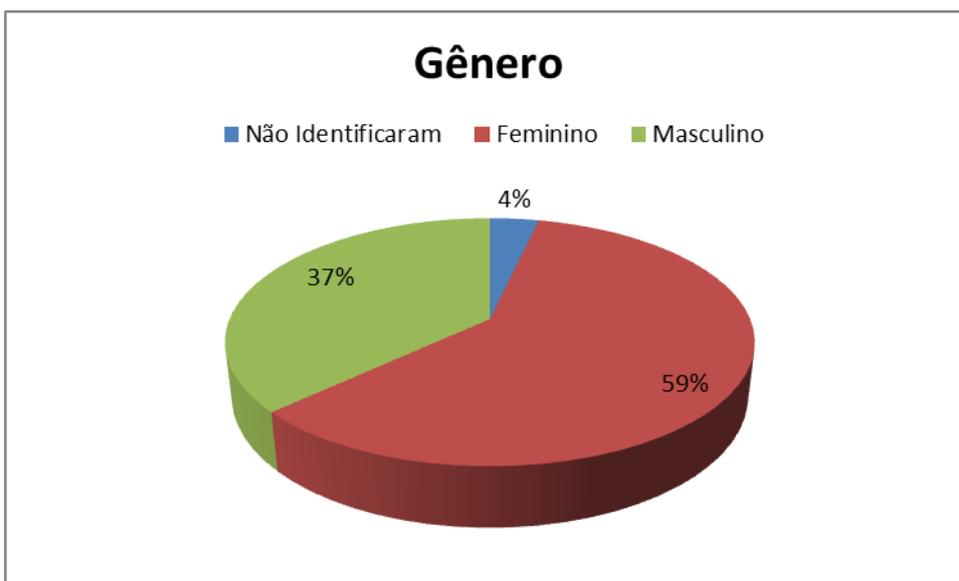
A coleta de dados desta pesquisa atingiu o total de 84 trabalhadores. Esse montante representa 36,52% do total dos 230 funcionários da sede administrativa do Grupo Pereira. O tempo médio para responder ao instrumento variou em torno de 15 a 20 minutos.

4.6 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

A amostra foi identificada, de maneira geral, pelos critérios de idade, sexo e função, conforme podemos conferir nos gráficos abaixo apresentados.

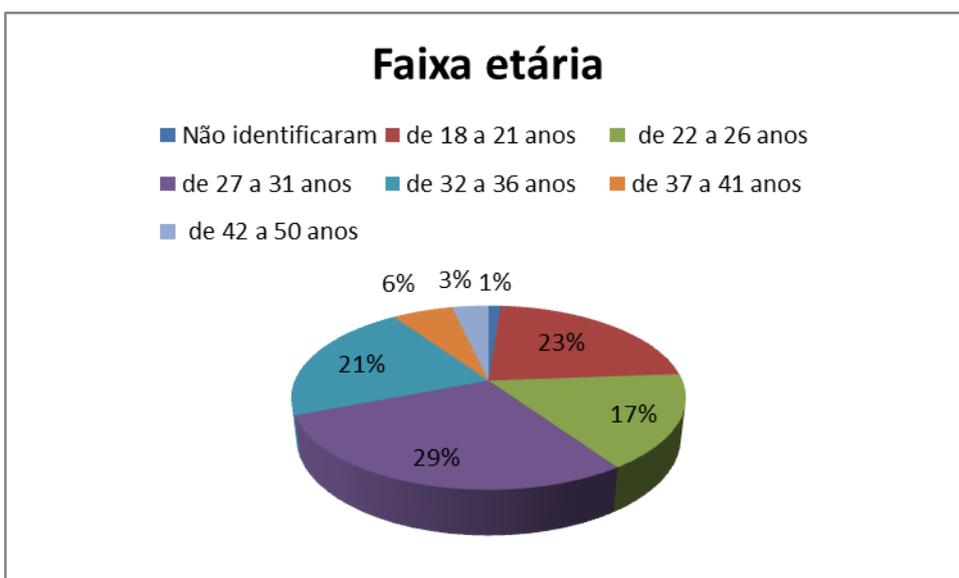
Optamos pela não identificação das funções dos sujeitos da pesquisa, distribuídas em 23 atividades administrativas, para evitar a possibilidade de identificação.

4.6.1 Identificação do gênero dos sujeitos participantes da pesquisa



O gráfico acima mostra um total de 59% de sujeitos do sexo feminino, 37% de sujeitos do sexo masculino e 4% que não se identificaram. Embora a maioria dos sujeitos sejam mulheres, nesta pesquisa não realizamos um estudo diferenciado sobre os afetos em relação ao gênero.

3.6.2 Identificação da faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa



Destaca-se no gráfico acima que a faixa etária dos sujeitos variou entre 18 a 50 anos. A maioria encontra-se na faixa entre 27 a 31 anos de idade.

4.7 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA ESCALA RELAÇÕES AFETIVAS NO TRABALHO

A seguir apresentaremos os resultados decorrentes da aplicação do instrumento de pesquisa em questão. Os resultados percentuais foram contabilizados com a somatória das respostas dadas nas opções concordo totalmente e concordo parcialmente, ao indicar o índice de concordância, e a somatória das respostas dadas nas opções discordo totalmente e discordo parcialmente, indicando o índice de discordância. Tal escolha justifica-se por entendermos que o sujeito da pesquisa manifesta preferencialmente a concordância ou discordância ao item. Recorremos a esse procedimento na análise de todas as subescalas¹⁰.

Para realizar a análise dos dados das subescala, adotamos, em primeiro lugar, o critério de apresentar todos os itens que alcançaram índice acima de 70%, de concordância ou discordância, seguidos dos demais. Contudo, em algumas situações, recorreremos à apresentação de itens com índices percentuais de menor valor em virtude da sua relevância para melhor esclarecimento das análises e, também, fizemos cruzamentos de dados pelo significado dos resultados.

4.7.1 A subescala Trabalho e Ideologia (TI)

Com essa subescala, objetivou-se identificar o significado do trabalho expresso pelos sujeitos da pesquisa, assim como analisar se os mesmos estão adaptados às ideologias do mundo administrado.

¹⁰ O fato de termos escolhido uma escala – Escala Likert com quatro opções de respostas –, deu-se pela necessidade de formularmos estudos estatísticos para a empiria. Contudo, nossa escolha para análise recaiu sobre os dois índices – índice de concordância e índice de discordância – por entendermos serem suficientes para essa pesquisa.

A tabela a seguir apresenta os itens¹¹ 1, 4, 7, 9, 14, 16, 21, 23, 24, 27, 31, 33, que compõem essa subescala (Trabalho e Ideologia - TI), os temas aos quais se referem, e os resultados obtidos da somatória simples e em dados percentuais desses itens:

¹¹ A sequência numérica está organizada conforme estabelecido no instrumento da pesquisa. A sua ordem foi alterada para que os itens de cada subescala ficassem alternados.

Item: Temática	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Índice de concordância em %	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Índice de discordância em %	Não Informado	Total
Item 1: Avaliar se para obter bons resultados no trabalho o que importa é ter uma rigorosa disciplina, vontade de trabalhar, de lutar pela família e pela melhoria da sociedade.	28	45	86,90	8	2	11,90	1	84
Item 4: Entender a greve como o melhor instrumento de luta para o trabalhador.	4	15	22,62	36	29	77,38		84
Item 7: Analisar a mudança de um emprego com melhor salário ou manter-se no emprego que lhe garante estabilidade.	6	32	45,24	26	20	54,76		84
Item 9: Refletir que o trabalho valoriza e dignifica o trabalhador, nesta sociedade.	41	21	73,81	20	2	26,19		84
Item 14: Acreditar que as atitudes preconceituosas fazem parte das relações de trabalho.	6	8	16,67	13	57	83,33		84
Item 16: Considerar que a formação escolar é essencial para ajudar o trabalhador a entender e a pensar criticamente sobre o que ocorre na sociedade.	57	21	92,86	4	2	7,14		84
Item 21: Considerar que as pessoas têm autonomia e liberdade para decidir sobre suas vidas, nesta sociedade.	48	19	79,76	10	6	19,05	1	84
Item 23: Entender que a principal característica do trabalhador deve ser a capacidade de ser flexível ao desempenhar seu trabalho.	49	31	95,24	1	3	4,76		84
Item 24: Analisar que independente de gostar do que faz, as atitudes no trabalho devem estar voltadas ao propósito de ganhar dinheiro.	7	29	42,86	26	22	57,14		84
Item 27: Refletir que o sucesso no trabalho depende apenas do esforço pessoal e da capacidade de ser empreendedor, pois a sociedade oferece oportunidades iguais para todos.	20	36	66,67	13	15	33,33		84
Item 31: Considerar que o trabalhador deve ficar atento apenas à sua carreira profissional e despreocupar-se com o que acontece na sociedade.	4	11	17,86	22	47	82,14		84
Item 33: Entender que o trabalhador deve sempre fazer o que lhe mandam, sem se preocupar em demonstrar criatividade e inteligência.	2	7	10,71	16	59	89,29		84

4.7.1.1 Análise dos dados da subescala TI

No item 1, referente à opinião dos trabalhadores sobre a afirmação de que para a obtenção de bons resultados no trabalho o que importa é uma rigorosa disciplina, vontade de trabalhar, de lutar pela família e pela melhoria da sociedade, foi obtido o percentual de 86,9% para o índice de concordância. Tal dado, a nosso ver, indica valores de atitude de submissão e aceitação às autoridades morais idealizadas no trabalho e a identificação com as figuras que representam o poder e o exagero dos atributos convencionais. Verificamos, assim, que o trabalho cumpre papel disciplinador e regularizador de atitudes, como diz Meneses (2008).

No item 4, em que se afirma ser a greve o melhor instrumento de luta do trabalhador, foi obtido o percentual de 77,38% do índice de discordância. Tal dado suscita questionamentos sobre a cisão imposta ao homem entre a racionalidade e a irracionalidade. Segundo Crochík (2011), com a divisão do trabalho cada vez mais racionalizada, a diferenciação das classes sociais diminui. A socialização, dessa forma, retira a possibilidade do particular, impedindo o sujeito de se expressar e se contrapor ao geral, visto que, na racionalidade dominante, o indivíduo só pode ser enunciado na negação e na rebelião. O alto índice de discordância desse item aponta para a irracionalidade presente na racionalidade tecnológica existente na sociedade, uma vez que essa procede aos interesses do capital e não ao das pessoas. Esse autor argumenta, ainda, que o progresso presente na racionalidade moderna, que permite uma vida confortável e segura, colabora também com a imobilização social e com a infelicidade humana.

Crochík (2011, p.125) diz que “a ideologia é histórica, sua forma, seu conteúdo, e, portanto, a sua relação com os indivíduos se transforma”. A ideologia tem de ser racional, se voltando para a consciência, e tem como justificativa unicamente a necessidade de sobrevivência.

Mais racional porque acentua as condições da emancipação da miséria por meio do avanço tecnológico; menos racional porque se distancia mais dos interesses verdadeiramente humanos, ao que acrescentaríamos que a sua racionalidade é aparente, uma vez que

reproduz as relações de produção, e, assim, quanto maior o progresso material é maior a dominação social; claro que isso não elimina a importância do progresso na sociedade existente, tendo em vista o que resulta em menor sofrimento humano, mas permite visualizar o que se mantém presa da dominação: a consciência (CROCHÍK, 2011, p.125).

Assim, entendemos o porquê dos trabalhadores negar a greve como o instrumento de mobilização para a reivindicação de suas lutas e as necessárias modificações das condições de trabalho.

No item 9, referente à opinião dos trabalhadores de que nesta sociedade o trabalho valoriza e dignifica o trabalhador, foi obtido o percentual de 73,8% do índice de concordância. No item 21, referente à opinião dos trabalhadores que consideram que nesta sociedade as pessoas têm autonomia e liberdade para decidir sobre suas vidas, também, foi obtido o percentual de 79,76% do índice de concordância.

No cruzamento desses itens (21 e 9), 67 sujeitos responderam no item 21 que concordaram que nesta sociedade as pessoas têm autonomia e liberdade para decidir sobre suas vidas. Desses sujeitos, 50 também concordam com a afirmativa do item 9, de que o trabalho valoriza e dignifica o trabalhador.

Tais dados, a nosso ver, apontam para a prevalência do discurso adaptado ao sistema capitalista. Para Crochík (2011), a consciência contraditória obriga o indivíduo a pôr um discurso da competência individual em seu lugar. Porém, se a contradição é forte, o discurso é frágil.

Se é difícil não perceber essas contradições, o próprio sujeito deve refrear sua percepção e colocar a contrária em seu lugar: a de que o mundo é justo e que só depende dos homens o seu destino. Para isso não basta se conformar com o mundo que é apresentado pela indústria cultural, deve-se defendê-lo (CROCHÍK, 2011, p.24).

As concordâncias evidenciadas nesses itens corroboram às afirmações do autor mencionado. O trabalhador não tem clareza sobre o significado da ideologia que administra sua existência.

No item 14, referente à opinião dos trabalhadores de que as atitudes preconceituosas fazem parte das relações de trabalho, foi obtido o percentual de 83,33% do índice de discordância. Tal dado mostra a falta de percepção sobre o que ocorre nas relações de trabalho, pois o problema do preconceito tem feito parte da nossa sociedade.

Os resultados obtidos no item 33, referentes à opinião dos trabalhadores de que devem sempre fazer o que lhe mandam, sem se preocuparem em demonstrar criatividade e inteligência, foi obtido o percentual de 86,23% do índice de discordância. No item 23, referente à opinião dos trabalhadores de que a principal característica do trabalhador deve ser a capacidade de ser flexível ao desempenhar seu trabalho, foi obtido o percentual de 95,23% do índice de concordância. Vale observar que os sujeitos concordam com atitudes valorizadas atualmente no mercado de trabalho, como a flexibilidade, a inteligência e a criatividade, mesmo que na rotina de suas atividades haja pouco espaço para essas atitudes. Assim, tais dados caracterizam a dificuldade em perceber as atitudes de submissão em razão da adesão aos valores convencionais, como também suscitam a ideia de que, mesmo ao fazerem trabalhos repetitivos, os sujeitos concordam que há espaço para atitudes que não sejam administradas de acordo com o interesse do sistema.

No item 16, referente à opinião dos trabalhadores sobre considerar que a formação escolar é essencial para ajudar o trabalhador a entender e a pensar criticamente sobre o que ocorre na sociedade, foi obtido o percentual de 92,85% do índice de concordância. Tal dado afirma a importância do papel da educação para a formação das pessoas. Todavia, conforme explica Maar (2003), a educação da sociedade atual pode ameaçar o conteúdo ético do processo formativo, visto que está determinada socialmente para se concretizar somente como apropriação de conhecimentos técnicos. Assim, o autor afirma que “a crise da formação é a expressão mais desenvolvida da crise social da sociedade moderna” (MAAR, 2003, p.16). Mesmo com todos os problemas da educação em nossa sociedade, fica evidente o reconhecimento de seu valor.

No item 31, referente à opinião dos trabalhadores de que devem ficar atentos apenas a sua carreira profissional e despreocupar-se com o que acontece na sociedade, foi obtido o percentual de 77,95% do índice de discordância. No item 7, referente à opinião dos trabalhadores de que mesmo ao ter condições de mudar para um emprego

com melhor salário, o trabalhador deve manter-se no emprego que lhe garanta estabilidade, foi obtido o percentual de 54,76% do índice de discordância. Já no item 24, referente à opinião dos trabalhadores de que independentemente de gostar do que faz, as atitudes no trabalho devem estar voltadas ao propósito de ganhar dinheiro, foi obtido o percentual de 57,14% do índice de discordância.

Mesmo com resultados menores que o percentual estabelecido para a análise dos dados (70%), destacamos os de menores índices pela sua relevância. Esses resultados mostram a lógica predominante do pensamento liberal, a qual “sustenta-se sob a influência da livre concorrência em virtude de as relações de produção se tornarem necessárias à existência de um indivíduo livre para oferecer-se ao mercado como força de trabalho” (CHAVES, 2010, p.38). Dessa forma, o pensamento liberal induz à sensação de liberdade de escolha do melhor emprego e da carreira a seguir. Para isso, valoriza, sobremaneira, a importância da realização pessoal, como também, leva à ilusão criada que objetiva servir aos interesses da sociedade. Esses percentuais não deixam de evidenciar o quanto a ideologia referida ainda tem predominância significativa.

Os resultados obtidos no item 27, referente à opinião dos trabalhadores de que o sucesso no trabalho depende apenas do esforço pessoal e da capacidade de ser empreendedor, pois a sociedade oferece oportunidades iguais para todos, foi obtido o percentual de 66,66% do índice de concordância. Tal dado indica a prevalência da concordância em afirmar que o sucesso na vida depende do esforço pessoal, que o indivíduo tem autonomia e que a sociedade oferece condições de trabalho de maneira justa para todos. Assim sendo, o resultado corrobora o dos itens anteriores. Como diz Meneses (2008), é preciso compreender que o indivíduo traz para si a responsabilidade do que acontece em sua vida, sem pensar criticamente em como essas afirmações são administradas, expressando valores adaptados ao sistema.

Para Chaves (2007), é característica da racionalidade que direciona, sobremaneira, os modelos de formação existentes ter como objetivo preparar o cidadão-trabalhador para acreditar na sua autonomia. “Assim, não se fala mais na preparação para um posto de trabalho, no executor de tarefas, mas na formação do trabalhador com habilidades de ser pensante, flexível e autônomo.” (CHAVES, 2007, p.10). Esse discurso se baseia na lógica de preparar os sujeitos para se tornarem empreendedores,

ou seja, de terem autonomia e de serem capazes de criar alternativas para gerar renda. “Todos são convidados a ser sujeitos funcionais, consumidores e produtores” (CHAVES, 2007, p.11).

No cruzamento dos itens 16 e 27, obteve-se um total de 78 sujeitos concordantes no item 16, que é sobre considerar se a formação escolar é essencial para ajudar o trabalhador a entender e a pensar criticamente sobre o que ocorre na sociedade. Desses sujeitos, 54 também concordam com a afirmativa do item 27, ou seja, de que o sucesso no trabalho depende apenas do esforço e da capacidade de ser empreendedor, pois a sociedade é justa. Tais dados nos remetem à discussão feita por Maar (2003, p. 11) ao dizer que “a educação não é necessariamente um fator de emancipação”. Esse autor afirma, ainda, que a crítica deve ser permanente. Nesse sentido, a nosso ver, fica evidente em tais questões as contradições das respostas apresentadas.

Os resultados obtidos nessa subescala nos remetem às afirmações de Chaves (2010) sobre o significado do ideário burguês, ao sustentar que os homens são iguais e partilham dos mesmos direitos. Assim, respalda a nova concepção de felicidade cultuada na sociedade atual.

O reconhecimento social da autonomia da singularidade é fundamental para que o indivíduo possa lutar pela liberdade e pela felicidade, embora não seja suficiente para fazê-las existir efetivamente. A história nos mostra, que a própria sociedade moderna, que promove o indivíduo e a possibilidade de ele ser livre e feliz, não proporciona condições para além das necessidades de autoconservação e da alegria fortuita, perpetuando o medo e o sofrimento e, ainda, dificultando o entendimento dos elementos coniventes com essa situação. Portanto, desvendar as contradições, que fazem a noção de liberdade e de felicidade requeridas pelo indivíduo liberal serem ofuscadas em meio a uma sociedade marcada pela dominação, é fundamental (CHAVES, 2010, p.36).

Desta forma, fica evidente a relevância dos dados apresentados para a compreensão das questões referentes a essa temática da subescala TI.

4.7.2 A subescala Afeto e Trabalho (AT)

Com essa subescala, objetivou-se identificar o significado dos trabalhadores sobre os afetos vividos no local do trabalho e como esses podem ser compreendidos.

A tabela apresenta os itens 2, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 17, 20, 22, 25, 28 e 30, que compõem essa subescala (Afeto e Trabalho – AT), os temas aos quais se referem e os resultados obtidos da somatória simples e em dados percentuais desses itens:

Item: Temática	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Índice de concordância em %	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Índice de discordância em %	Não Informado	Total
Item 2: Pensar que não devemos manifestar nossos sentimentos no local de trabalho.	12	42	64,29	24	5	34,52	1	84
Item 5: Refletir que independente de gostar ou não, deve-se sempre se conformar com o que ocorre nas relações de trabalho.	4	16	23,81	27	36	75,00	1	84
Item 6: Considerar que a alegria e o bom humor são essenciais no desempenho do trabalho, a todo momento.	55	20	89,29	6	3	10,71		84
Item 8: Analisar que para o trabalhador, o que realmente importa é ser competente e executar o serviço, sem incomodar-se com o que acontece com os colegas de trabalho.	9	21	35,71	29	25	64,29		84
Item 10: Pensar que o trabalho é um lugar para sonhar e realizar desejos.	15	46	72,62	14	9	27,38		84
Item 12: Refletir que determinação e indiferença em relação aos problemas pessoais é a melhor forma de realizar o trabalho com eficiência e eficácia.	21	22	51,19	25	16	48,81		84
Item 13: Considerar que competir é uma atitude fundamental para se obter bom resultado na realização do trabalho.	18	35	63,10	25	6	36,90		84
Item 15: Analisar que o local de trabalho é o melhor lugar para estabelecer relações de amizade.	8	56	76,19	13	7	23,81		84
Item 17: Pensar que a seriedade e as atitudes sistemáticas são características fundamentais para os relacionamentos de trabalho.	17	39	66,67	25	3	33,33		84
Item 20: Considerar que problemas de ordem pessoal não devem interferir na realização do trabalho.	45	23	80,95	9	6	17,86	1	84
Item 22: Analisar que nas relações de trabalho, o ciúmes é o sentimento que predomina entre os colegas.	12	30	50,00	24	18	50,00		84
Item 25: Entender que o medo de ser substituído é o sentimento que tem prevalecido entre os trabalhadores.	20	35	65,48	17	10	32,14	2	84
Item 28: Considerar que as pessoas tendem a sentir inveja dos colegas que são bem-sucedidos profissionalmente.	27	37	76,19	14	5	22,62	1	84
Item 30: Pensar que de modo geral, as pessoas têm prazer em realizar o trabalho.	17	41	69,05	22	3	29,76	1	84

4.7.2.1 Análise dos dados da subescala AT

Os resultados do item 10, referentes à opinião de que o local de trabalho é um lugar para sonhar e realizar desejos, revelam o percentual de 72,61% do índice de concordância. No item 5, referente à opinião de que independente de gostar ou não deve-se sempre se conformar com o que ocorre nas relações de trabalho, foi obtido o percentual de 75% do índice de discordância.

Tais resultados, mais uma vez, apontam para a lógica presente na racionalidade da sociedade atual, no sentido de tomar conta dos valores e da existência do indivíduo. Para Meneses (2008), resistir ao mundo administrado é mais difícil do que se pode conceber. Torna-se necessário entender que os indivíduos assumem integralmente os valores dos papéis institucionalizados, compactuados pelo sistema vigente.

A realização dos desejos e o gostar de trabalhar nos remetem a sentimentos como a felicidade, a liberdade e a justiça, que nos dias de hoje ocorrem como resultado da adaptação à racionalidade. Crochík (2011) considera que se é feliz por ter um emprego, por poder satisfazer as próprias necessidades, por poder ser admirado e invejado pelos outros, e que tudo isso nos remete à submissão do homem ao capital e às necessidades criadas para a sua reprodução. Essa felicidade possibilita ao sujeito sentir-se mais afastado das desgraças da miséria material e psíquica. O autor afirma, dessa forma, que atualmente a sensação de liberdade e autonomia está ligada a essa possibilidade de conseguir optar pelo mal menor. “O formalismo, presente na ideologia da racionalidade tecnológica, transforma o desigual em igual, o infeliz em feliz, o oprimido em livre e o injusto em justo ao negar as condições sociais que geram a infelicidade, a opressão e a injustiça” (CROCHÍK, 2011, p.120-121).

No item 30, referente à opinião dos trabalhadores sobre pensar que, de modo geral, as pessoas têm prazer (satisfação) em realizar o trabalho, foi obtido o percentual de 69,04% do índice de concordância. Esse dado remete à reflexão de que a satisfação sentida pelos trabalhadores, mesmo em condições objetivas de trabalho indicativas de precariedade ao serem analisadas em todo o seu contexto, evidencia que falta clareza no reconhecimento dessas condições. Ante tais considerações, fica clara a contradição da falta de liberdade, mas que não é sentida pelo indivíduo, pois a maioria dos sujeitos

indicou uma suposta felicidade, fruto de uma consciência feliz e de uma suposta liberdade confortável, advindas das satisfações de necessidades pelo trabalho realizado.

Marcuse (1999) esclarece que a amplitude dos recursos materiais humanos, utilizados institucionalmente, pode ser definida pelo nível de liberdade humana obtida e suscetível de ser alcançada, por meio do uso verdadeiramente racional da capacidade produtiva. Contudo, se esse padrão for aplicado nos centros de civilização industrial, o sujeito acaba por ser mantido num estado de empobrecimento físico e cultural.

Os bens e serviços que os indivíduos compram controlam suas necessidades e petrificam suas faculdades. Em troca dos artigos que enriquecem a vida deles, os indivíduos vendem não só seu trabalho, mas também seu tempo livre. A vida melhor é contrabalançada pelo controle total sobre a vida. (MARCUSE, 1999, p.99)

Esse autor diz, ainda, que ao disporem de inúmeras opções e inúmeros inventos – todos da mesma espécie –, esses distraem a atenção do verdadeiro problema, “que é a consciência de que poderiam trabalhar menos e determinar suas próprias necessidades e satisfações” (MARCUSE, 1999, p.99).

Os resultados obtidos no item 20, referentes à opinião dos trabalhadores de que os problemas de ordem pessoal não devem interferir na realização do trabalho, mostram o percentual de 80,45% do índice de concordância. Tal dado, a nosso ver, aponta para a complexidade existente em lidar com a temática dos afetos no local de trabalho. Além do predomínio da concordância ao ser considerado que os trabalhadores não devem expressar seus afetos no ambiente do trabalho, os resultados deixam evidente que a cisão entre razão e afeto é tida como possível e almejada para o sucesso do trabalhador. Nesse sentido, ainda prevalece valores afeitos a compreensão do indivíduo cindido. Vale destacar que, mesmo sem alcançar o percentual de 70%, os resultados obtidos no item 2, com o percentual de 64,28% do índice de concordância, referentes à opinião de que o trabalhador não deve manifestar os sentimentos no local de trabalho, reafirmam tais questões. Os resultados obtidos no item 12, referentes à opinião dos trabalhadores de que a determinação e a indiferença, em relação aos problemas pessoais, é a melhor

forma de realizar o trabalho com eficiência e eficácia, mostram o percentual de 51,19% do índice de concordância.

A separação entre a consciência e o lado afetivo pode gerar automatismos de pensamento que levam também à separação de outras dimensões da vida do ser. “Esse tipo de articulação não leva à conscientização dessas manifestações. Entendemos que dissociar o afeto da atividade e da consciência é estimular uma relação de alienação” (CHAVES, 2001, p.53).

Os resultados obtidos no item 6, referentes à opinião dos trabalhadores de que a alegria e o bom humor são essenciais no desempenho do trabalho, a todo o momento, apontam o percentual de 89,28% do índice de concordância. No item 15, referente à opinião dos trabalhadores de que o local de trabalho é o melhor lugar para estabelecer relações de amizade, foi obtido o percentual de 76,19% do índice de concordância. Já no item 28, referente à opinião dos trabalhadores de que as pessoas tendem a sentir inveja dos colegas que são bem sucedidos profissionalmente, foi obtido o percentual de 76,19% do índice de concordância. Tais resultados mostram contradições nas questões relacionadas à afetividade dos sujeitos.

Segundo CHAVES (2001), o entendimento de que a forma como os trabalhadores se apropriam da afetividade envolve a valorização dos afetos como a alegria, o bom humor, a amizade, a satisfação e a compaixão, que podem ser entendidos como emoções positivas nas relações de trabalho, em detrimento de outros considerados negativos, como a inveja, o ciúmes, o medo e a competitividade. A autora diz, ainda, que as empresas procuram captar as emoções negativas e positivas dos trabalhadores e revertê-las em favor da produtividade, instaurando espaços estratégicos formais e informais para expressão das emoções com o intuito de antecipar conflitos e difundir modelos comportamentais desejáveis para a empresa.

Essa contradição, a nosso ver, aporta-se na lógica que leva a compreensão das emoções como uma dimensão irracional e que deve ser controlada pelo pensamento. Ideias valorativas que definem as emoções como positivas ou negativas deixam de levar em consideração a cultura em que o indivíduo está inserido, como explica Chaves (2001, p.50): “Nessa análise, se retira o caráter histórico e contextualizado, sendo as emoções estudadas com o intuito de trazer maior produtividade à empresa”.

No item 8, referente à opinião dos trabalhadores de que o que realmente importa é ser competente e executar o serviço, sem incomodar-se com o que acontece com os colegas de trabalho, foi obtido o percentual de 64,28% do índice de discordância. No item 13, referente à opinião dos trabalhadores de que competir é uma atitude fundamental para se obter bom resultado na realização do trabalho, foi obtido o percentual de 63,09% do índice de concordância. No item 17, referente à opinião dos trabalhadores de que a seriedade e as atitudes sistemáticas são características fundamentais para os relacionamentos de trabalho, foi obtido o percentual de 66,66% do índice de concordância. No item 22, referente à opinião dos trabalhadores de que nas relações de trabalho o ciúme é o sentimento que predomina entre os colegas, foi obtido o percentual equilibrado nos índices de concordância e discordância. E no item 25, referente à opinião dos trabalhadores de que o medo de ser substituído é o sentimento que tem prevalecido entre os trabalhadores, foi obtido o percentual de 65,47% do índice de concordância.

Mesmo que tais resultados não apresentem altos índices de concordância (maior que 70%), não deixaram de contribuir para o entendimento de que os sujeitos da pesquisa reafirmam a lógica do sistema dominante, com já foi mostrado.

O ideário burguês sustenta que os homens independentemente de sua origem ou posição social, são iguais e partilham todos os direitos, o que respalda uma nova exigência de felicidade. Cada sujeito deve tomar em suas próprias mãos o provimento de sua existência e a satisfação de suas exigências (CHAVES, 2007, p.9).

Se a racionalidade predominante na sociedade contemporânea anuncia a possibilidade de liberdade, ao mesmo tempo expressa ameaças que conduzem ao medo, como diz a autora em questão. A competitividade faz com que os indivíduos deixem de se reconhecer, tornando-os indiferentes uns aos outros, mesmo que o discurso sobre a afetividade anuncie a valorização do amor, da colaboração, da compaixão. Essas contradições são necessárias ao sistema produtivo vigente, pois acabam por impedir o esclarecimento dos trabalhadores em relação ao poder que os oprime. Assim, confirma os demais resultados.

Outro exemplo dessa contradição são os resultados obtidos pelo cruzamento dos itens 2 e 6. Os resultados mostram que 54 sujeitos responderam que concordam com a afirmação do item 2, ou seja, que não devemos manifestar nossos sentimentos no trabalho. Dessas pessoas, 48 concordam com a afirmativa do item 6, ou seja, que a alegria e o bom humor são essenciais no desempenho do trabalho.

Crochík (2011), ao discutir a ideologia da racionalidade tecnológica, faz crer que unicamente com o progresso os problemas sociais e individuais serão resolvidos.

Certamente, o progresso é contraditório, alia-se também à possibilidade de emancipação ao criar condições para uma vida mais confortável e segura para todos, mas como o progresso é também progresso da dominação, a regressão é inevitável. Em outras palavras, se a riqueza social aumenta, mas as relações de produção permanecem as mesmas, a dominação de uma classe social sobre outra se reproduz, oculta pela aparente neutralidade do progresso (CROCHÍK, 2011, p.119).

O autor observa que a indústria cultural, ao anunciar uma sociedade mais justa, “pertence ao conjunto de ilusões destinado a pregar esperanças numa sociedade anacrônica, ou seja, que já esgotou as suas possibilidades de realização de felicidade, liberdade e justiça” (CROCHÍK, 2011, p. 120).

4.7.3 A subescala Significado do Trabalho (ST)

Com essa subescala, objetivou-se identificar o significado do trabalho expresso pelos sujeitos da pesquisa, indicando a compreensão sobre o que tem representado o trabalho na vida desses trabalhadores na sociedade atual.

A tabela apresenta os itens 3, 11, 18, 19, 26, 29, 32 e 34, que compõem essa subescala (Significado do Trabalho - ST), os temas aos quais se referem e os resultados obtidos da somatória simples e em dados percentuais desses itens:

Item: Temática	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Índice de concordância em %	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Índice de discordância em %	Não Informado	Total
Item 3: Considerar que para fazer bem o trabalho, é necessário que os patrões indique cuidadosa e exatamente o que deve ser feito e como.	35	30	77,38	13	5	21,43	1	84
Item 11: Refletir que o trabalho é essencial para a formação/educação do indivíduo e não a educação escolar.	13	17	35,71	24	29	63,10	1	84
Item 18: Analisar se as pessoas devem ficar preocupadas com o trabalho e não com o lazer.	3	12	17,86	35	34	82,14		84
Item 19: Pensar que, na sociedade atual, o trabalho é uma atividade em que a pessoa tem a possibilidade de ser livre para expressar sua criatividade e conhecimento.	21	41	73,81	16	6	26,19		84
Item 26: Refletir se o trabalho e o lazer devem ser considerados como atividades totalmente diferentes.	32	21	63,10	21	9	35,71	1	84
Item 29: Entender que ser capaz de sempre apresentar resultados satisfatórios é o que realmente importa no desempenho do trabalho.	32	39	84,52	13		15,48		84
Item 32: Pensar que a inovação é essencial para o desempenho do trabalho na sociedade atual.	57	23	95,24	2	2	4,76		84
Item 34: Analisar que o trabalho é sempre uma forma de gratificação e realização pessoal.	41	33	88,10	6	4	11,90		84

4.7.3.1 Análise dos dados da subescala ST

Os resultados obtidos no item 3, referentes à opinião dos trabalhadores de que para fazermos bem o nosso trabalho é necessário que os patrões (chefes) nos indiquem cuidadosa e exatamente o que devemos fazer e como, indicam o percentual de 77,38% do índice de concordância. No item 19, referente à opinião dos trabalhadores de que na sociedade atual o trabalho é uma atividade em que a pessoa tem possibilidade de ser livre para expressar sua criatividade e conhecimento, foi obtido o percentual de 73,80% do índice de concordância. No item 34, referente à opinião dos trabalhadores de que o

trabalho é sempre uma forma de gratificação e realização pessoal, foi obtido o percentual de 88,09% do índice de concordância.

No cruzamento dos itens 3 e 19, um total de 65 sujeitos responderam, no item 3, que concordam com a afirmativa de que para fazer bem o trabalho é necessário que os chefes nos indiquem exatamente o que e como fazer. Dessas pessoas, 51 concordam com a afirmativa do item 19, ou seja, que na sociedade atual o trabalho é uma atividade em que a pessoa pode ser livre para expressar sua criatividade e conhecimento. Assim sendo, fica evidente a contradição e a ambivalência ao refletirem sobre o papel do trabalhador na sociedade atual: ele deve cumprir ordens ou questioná-las?

Imbrizi (2005), ao refletir sobre as transformações do trabalhador na sociedade contemporânea, observa que o mundo tecnológico reflete o enfraquecimento do poder de transformação da classe trabalhadora pelo poder da administração racional. Com isso, tal mundo passou a exigir do operário mais participação e mais sugestões técnicas sobre o processo de produção, o que contribuiu para o aumento de trabalhadores com especialidades técnicas, em detrimento da diminuição do número de trabalhadores do chão-de-fábrica. A forma de exploração:

[...] a vivida pelo trabalhador do final do século XIX era mais explícita em virtude do suor do corpo exausto acostumado com a pobreza, e a propiciada pela administração científica é mais asséptica, refere-se à tensão mental e esconde-se por trás dos discursos técnicos da gerencia (IMBRIZI, 2005, p.41-42).

Mesmo o trabalho intelectual, depois de toda inovação e automatização tecnológica no ambiente empresarial, tem sido caracterizado, em geral, por atividades sem sentido, rápidas, padronizadas e que visam à produtividade. Os resultados do cruzamento acima referido também nos remetem às questões ideológicas impostas pela sociedade administrada e pela racionalidade tecnológica, que perpetuam a dominação por meio da valorização da técnica e do conhecimento científico como um fim em si mesmo.

Para Marcuse (1967), um indivíduo que não tenha possibilidade de oferecer opiniões que se contraponham à dominação vivida ou de expressar sua resistência diante

do processo de exploração e lutar pela liberdade, dificilmente será capaz de ter independência do pensamento e, conseqüentemente, de conquistar sua individuação, ou seja, a capacidade de diferenciar-se. Sem a capacidade de reflexão, o indivíduo é um apêndice do espaço de trabalho e confirma a subordinação em seu tempo livre, entendido como intervalo necessário para recarregar suas energias para voltar ao trabalho.

Os próximos resultados apresentados também corroboram essas análises. No item 32, referente à opinião dos trabalhadores de que a inovação é essencial para o desempenho do trabalho na sociedade atual, foi obtido o percentual de 95,23% do índice de concordância. O alto índice desse resultado mostra que os sujeitos da pesquisa estão atentos a valores exigidos nas atuais políticas de gestão.

A tendência de valorização da subjetividade aparece em meio a uma produção flexível, em que o trabalho torna-se mais dependente do envolvimento do trabalhador e necessita um indivíduo arrojado, dinâmico, espontâneo, que tenha a capacidade de pensar e de executar ações diferenciadas em situações adversas. Defende-se que a espontaneidade do trabalhador está sendo resgatada quando ele é chamado a criar, responder e reverter com rapidez uma situação no trabalho. Desse modo, não se busca mais o desempenho a ser definido objetivamente em termos operacionais, mais a elevação de competência (CHAVES, 2007, p.10).

No item 18, referente à opinião dos trabalhadores de que as pessoas devem ficar preocupadas com o trabalho e não com o lazer, foi obtido o percentual de 82,14% do índice de discordância. No item 26, referente à opinião dos trabalhadores de que trabalho e lazer devem ser considerados como atividades totalmente diferentes, foi obtido o percentual de 63,09% do índice de concordância.

Tais questões, a nosso ver, apontam para a concordância de que o lazer deva ser fundamental para o trabalhador, mas também é preciso compreender o que tem ocorrido no tempo chamado livre.

Chaves (2007) reflete que mesmo sendo distinto o entendimento do trabalho, esse o persegue no seu tempo livre. Afinal, o trabalhador acaba usando-o para se

especializar, pois entende que isso é necessário para manter seu emprego ou para conseguir outro melhor. Também, usa o lazer para perseguir padrões de beleza impostos e necessários ao posto de trabalho como, por exemplo, fazer as unhas, a barba, usar maquiagem e manter o cabelo escovado. Vale observar que o lazer é compreendido pela sociedade como um tempo em que se deve produzir algo. Dessa forma, as pessoas seguem acorrentadas às dinâmicas do trabalho e do sistema vigente, nas quais impera a necessidade de produzir o tempo todo.

Meneses (2008) também aponta que o trabalho pode ser visto como um peso na vida do indivíduo, pois nas horas livres deve ser esquecido totalmente. Compreende que, por outro lado, tais questionamentos refletem que o trabalho aparece “como algo cindido do todo da existência do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, toma conta da vida dos indivíduos na sociedade atual” (MENESES, 2008, p.150).

No item 29, referente à opinião dos trabalhadores sobre a afirmação de que a necessidade de serem capazes de sempre apresentarem resultados satisfatórios é o que realmente importa no desempenho do trabalho, foi obtido o percentual de 84,52% do índice de concordância. No item 11, referente à opinião dos trabalhadores de que o trabalho é essencial para a formação/educação do indivíduo e não a educação escolar, foi obtido o percentual de 63,09% do índice de discordância. Tais dados nos remetem às reflexões de Crochík (2005), em especial à afirmação de que o trabalho continua a ser central no mundo de hoje, apesar da diminuição objetiva do seu valor na formação dos indivíduos.

Crochík (2011) diz que devido ao aparente distanciamento das forças produtivas das relações de produção, a capacidade técnica é imposta e para tudo há solução, cujas falhas podem ser resolvidas tecnicamente:

Os problemas individuais são considerados desajustes pessoais, que a psicoterapia pode solucionar; os problemas de aprendizagem são falhas do aluno ou do professor, e um método tecnicamente desenvolvido pode resolvê-los; os problemas políticos são convertidos em problemas administrativos; a pobreza individual resolve presumidamente pela educação para o trabalho e com a criação de empregos. (CROCHÍK, 2011, p.122)

Os resultados apresentados nessa subescala, a nosso ver, são relevantes para os estudos da psicologia, pois expressam os conflitos emocionais dos sujeitos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência das novas exigências do mercado, a importância das relações afetivas é reconhecida cada vez mais dentro das empresas, porém com limitações. Ao longo dos oito anos trabalhando com recursos humanos, foi-me possível perceber que, de modo geral, as empresas não estão preocupadas com os afetos dos trabalhadores. Ou seja, se eles estão tristes, preocupados, felizes, esperançosos, desanimados, dentre outros. A preocupação maior em relação aos afetos é em como podem interferir no resultado do desempenho do trabalhador. Assim, o processo de gestão de pessoas tem a objetiva de identificar que afetos são esses e como controlá-los, moldá-los a favor da produtividade. Os afetos, dessa forma, são valorizados desde que aliados a comportamentos que estejam adaptados àqueles idealizados pela organização.

Minhas inquietações suscitaram a vontade de aprender mais sobre a temática das relações afetivas no trabalho e a vontade de conhecer o entendimento dos trabalhadores acerca do cotidiano de seu trabalho.

Nos capítulos apresentados, foram abordadas discussões entendidas como relevantes para o esclarecimento dos objetivos propostos. Na introdução, avaliou-se o que representou a experiência na área de gestão de pessoas e os questionamentos que motivaram a busca na realização desta dissertação.

No primeiro capítulo, foi discutida a temática sobre o trabalho e seu papel na formação do sujeito. As contribuições dos autores da Teoria Crítica da Sociedade, em especial Marcuse e Adorno, nortearam nosso entendimento sobre as questões afeitas às relações de trabalho na sociedade atual.

Pode-se afirmar que a sociedade burguesa tem possibilitado ao sujeito conviver com a lógica da racionalidade tecnológica, fazendo a defesa cega do progresso e da produção dos bens objetivados pelo trabalho. Meneses (2008, p.160) afirma que “essa lógica tem impedido os indivíduos de ajuizar o quanto de sofrimento vem configurando a formação pelo trabalho e dificultado o surgimento da razão crítica”. Dessa forma, a consequência é a não permissão do trabalhador de perceber as contradições e os aspectos destrutivos presentes nas relações do trabalho vigente.

No capítulo dois, com a finalidade de ampliar as discussões sobre a subjetividade e, em especial, as relações afetivas, fizemos uma discussão sobre o indivíduo, considerada a importância dessa discussão para os estudos psicológicos. Da mesma forma, podemos corroborar tal assertiva aos estudos da subjetividade.

Abordamos a temática das relações afetivas no trabalho pelo fato de ainda ser pouco investigada e por sua relevância para esta pesquisa. Assim, discorreremos sobre estudos realizados, com o propósito de contribuir para o melhor esclarecimento de nosso objeto de investigação.

No terceiro capítulo, traçamos nossos objetivos e os caminhos percorridos no processo de investigação, bem como os resultados obtidos. Na análise do instrumento utilizado foi possível verificar a predominância de valores concernentes à lógica da sociedade administrada pelo capital e o que tem representado os valores atribuídos ao trabalho.

Os resultados desta pesquisa apontam para a confirmação de que essa lógica toma conta da existência do indivíduo e do quão difícil é resistir ao mundo administrado. A irracionalidade presente nas relações de trabalho foi expressa pelos sujeitos ao afirmarem a presença de liberdade e de autonomia, assim como a crença de que a sociedade é justa e oferece oportunidade igual a todos os trabalhadores.

Sabemos que a instabilidade do mercado vem colocando a cada dia novos desafios às empresas e, com isso, passam a exigir novas formas de pensar sobre as relações de trabalho. As empresas precisam reinventar-se para sobreviver ao sistema de produção vigente e devem ser flexíveis para se adaptarem às incertezas e às variações do mercado. As organizações necessitam que a gestão de pessoas seja modificada, de forma que as ações e os discursos evidenciem a necessidade de tratar das questões sobre as relações afetivas e de usar os afetos valorizados pelos trabalhadores, para assim poder garantir o aumento do processo produtivo.

Mais do que o discurso, a ênfase no envolvimento do trabalhador com a empresa é estratégica para que esse dê retorno à qualidade de sua atuação, revelando outra forma de exploração do potencial do trabalhador. Esse envolvimento tem mascarado os aspectos vitais dos jogos de poder presentes no processo do trabalho, e conduz os discursos adaptados à ideologia.

Desse modo, podemos dizer que ainda permanecem ligados àquilo que está posto na sociedade, mesmo que sintam no dia a dia o peso das contradições e das injustiças sociais presentes na sociedade. Como afirma Meneses (2008, p.163), “constata-se, então, que a lógica da razão administrada é suficientemente forte e eficiente e explica a adesão aos seus valores”.

As questões afeitas à subjetividade do indivíduo e as relações afetivas no trabalho implicam na compreensão de que sua constituição não pode ser entendida como objeto alheio ao processo produtivo e, com isso, à organização e à ideologia presente no capitalismo. Nas relações de trabalho, quando esse passou a ser considerado pela lógica da racionalidade econômica, houve a prevalência do entendimento que o trabalhador deveria realizar suas atividades da maneira mais racional possível. “O mundo do trabalho vem imprimindo, ao longo do tempo, um discurso que regulamenta padrões de ação e de burocratização, objetivando suprimir os conflitos e abafar a diversidade, renegando, dessa forma, a preocupação com a subjetividade” (CHAVES, 2001, p.675). Desse forma, ao excluir essa dimensão do sujeito, nega-se a possibilidade de ser desenvolvido um espaço para a reflexão sobre como os afetos acontecem no cotidiano das organizações.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. Indivíduo. **Temas Básicos da Sociologia**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

ADORNO, T. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, G. (Org). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986.

CHAVES, J. C. Estratégias de apropriações das emoções no ambiente de trabalho. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v. 13, n. 1, jan/jul, p. 45-67, 2001.

CHAVES, J. C. A significação das emoções no ambiente de trabalho. **Estudos: Vida e Saúde**. Goiania: Ed. Da UCG, v. 28, n. 4, jul/ago, p. 673-691, 2001 (b).

CHAVES, J. C. **A liberdade e a felicidade do indivíduo na racionalidade do trabalho no capitalismo tardio: A (im)possibilidade administrada**. 2007. 181p. Tese (doutorado em psicologia social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2007.

CHAVES, J. C. A concretização e a promessa do ideário burguês de liberdade e de felicidade. In: RESENDE, A.; CHAVES, J. (Org). **Psicologia social: crítica socialmente orientada**. Goiania: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

CROCHÍK, J. L. A (im)possibilidade da psicologia política. In: AZEVEDO, M. A.; MENIN, M. S. S (Org). **Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro**. São Paulo: Cortez; FAPESP, 1995.

CROCHÍK, J. L. **Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia**. USP, vol. 9, nº2, ISSN 0103-6564, p. 69-85, 1998.

CROCHÍK, J. L. Notas sobre trabalho e sacrifício. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, v.1, n.1, março, p.61-73, 2003.

CROCHÍK, J. L. Prefácio. In: IMBRIZI, Jaquelina Maria. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio**. Uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

CROCHÍK, J. L. **Teoria crítica da sociedade e psicologia**: alguns ensaios. Junqueira e Marin: Brasília, DF. CNPq, 2011.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Psicologia**: uma introdução. São Paulo: Educ, 1991.

GONDIM, S. M. G.; SIQUEIRA, M. M. M. Emoções e afetos no trabalho. In: ZANELLI, J.; BORGES-ANDRADE, J; BASTOS, A V. (Orgs). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed, p.207-236, 2004.

HARTMAN, R. S. Introdução de Robert S. Hartman. In: HEGEL, G. W. F. **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2. Ed., 2001.

HEGEL, G. W. **Fenomenologia do Espírito**. Rio de Janeiro: Vozes: Bragança Paulista: USF, 7. Ed. rev, 2002.

IMBRIZI, J. M. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio**. Uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

LANE, S. T. M. Emoções e pensamentos: uma dicotomia a ser superada. In: **A perspectiva socio-histórica na formação em Psicologia**. Petrópoles, RJ: Editora Vozes, p.100-112, 2003.

LEÃO, I. B. **Os professores universitários**: A emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado. 1999. 387p. Tese (doutorado em psicologia social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 1999.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas**. Tradução Sérgio Francisco Costa. 2. Ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1978.

LIKERT, R. A. Technique for the Measurement of Attitudes. **Archives of Psychology**, 1932.

LIMA, M.S. **No Jardim das Cerejeiras**: Metamorfose do drama na virada do século XIX. Trabalho apresentado na disciplina Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras da UFRJ, 2006.

MAAR, W. L. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e terra, 3º Edição, 2003.

MAAR, W. L. A indústria (des)educa(na)cional: um ensaio de aplicação da teoria crítica ao Brasil. In: PUCCI, B. (ORG). **Teórica crítica e educação**: a questão da formação cultural da Escolar de Frankfurt. Petrópolis, RJ; São Carlos, SP: Edufiscar, p.139-150, 1994.

MACIEL, Regina Heloisa et al . Quem se beneficia dos programas de ginástica laboral?. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172005000100006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 22 jul. 2013.

MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial**. Tradução Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCUSE, H. Fundamentação do Materialismo Histórico. In: **Ideias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 09-55, 1981.

MARCUSE, H. Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica. In: **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.02, p.07-50, 1998.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martins Claret, 2005.

MENESES, B. M. **Adolescente trabalhador**: sem tempo de ser rebelde. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

MENESES, B. M. **Relações afetivas no trabalho**. Projeto registrado na Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, não publicado, 2011.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

RESENDE, A.; CHAVES, J. (org). **Psicologia social**: crítica socialmente orientada. Goiania: Ed. Da PUC Goiás, 2010.

SAWAIA, B. B. A emoção como lócus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In: **Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural, 3, 2000. Campinas-SP**. Anais... Campinas-SP: UNICAMP, USP, PUCSP, V1, p. 29, 2000.

TCHECOV, A. P. **O Jardim das cerejeiras**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

VALLE, Â. R. **Afeto no trabalho**: o que se discute na literatura nacional. *Psicol. Am. Lat.* [online], n.3, pp. 0-0. ISSN 1870-350X, 2005.

ANEXO A

ESCALA RELAÇÕES AFETIVAS NO TRABALHO

RELAÇÕES AFETIVAS NO TRABALHO

Dados pessoais:

Idade: _____ anos

Sexo: masculino () feminino ()

Função que ocupa: _____

INSTRUÇÕES:

A seguir, apresenta-se uma série de afirmações para avaliar o que você pensa e o grau em que concorda ou não com cada uma delas. Após a leitura, a resposta deve ser dada de acordo com a sua primeira impressão, para que fique expressa a **sua opinião**.

É importante que todas as questões sejam respondidas.

Todas as informações coletadas serão tratadas de maneira CONFIDENCIAL. Por favor, não comente as respostas com seus colegas de trabalho no decorrer da aplicação.

Atenção: em cada uma das afirmações numeradas, circule o número da resposta que indica a sua opinião.

1	2	3	4
Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente

Exemplo:

Os programas de televisão são feitos apenas para o lazer das pessoas.

1	(2)	3	4
---	-----	---	---

Circular a opção de n. 2 significa que você concorda parcialmente com a afirmativa.

1) Na minha opinião, para obter bons resultados no trabalho o que importa é uma rigorosa disciplina, vontade de trabalhar, de lutar pela família e pela melhoria da sociedade.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

2) Penso que não devemos manifestar nossos sentimentos no local de trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

3) Na minha opinião, para que façamos bem nosso trabalho, é necessário que os patrões (chefes) nos indiquem cuidadosa e exatamente o que devemos fazer e como.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

4) Na minha opinião, a greve é o melhor instrumento de luta para o trabalhador

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

5) Na minha opinião, independente de gostar ou não, devo sempre me conformar com o que ocorre nas relações de trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

6) Do meu ponto de vista, a alegria e bom humor são essenciais no desempenho do trabalho, a todo o momento.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

7) Na minha opinião, mesmo ao ter condições de mudar para um emprego com melhor salário, o trabalhador deve manter-se no emprego que lhe garante estabilidade.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

8) Do meu ponto de vista, para o trabalhador, o que realmente importa é ser competente e executar o serviço, sem incomodar-se com o que acontece com os colegas de trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

9) Na minha opinião, nesta sociedade, o trabalho valoriza e dignifica o trabalhador.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

10) Na minha opinião, o local de trabalho é um lugar para sonhar e realizar desejos.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

11) Do meu ponto de vista, o trabalho é essencial para a formação / educação do indivíduo e não a educação escolar.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

12) Do meu ponto de vista, determinação e indiferença em relação aos problemas pessoais é a melhor forma de realizar o trabalho com eficiência e eficácia.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

13) Considero que competir é uma atitude fundamental para se obter bom resultado na realização do trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

14) Na minha opinião, as atitudes preconceituosas fazem parte das relações de trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

15) Na minha opinião, o local de trabalho é o melhor lugar para estabelecermos relações de amizade.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

16) Considero que a formação escolar é essencial para ajudar o trabalhador a entender e a pensar criticamente sobre o que ocorre na sociedade.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

17) Na minha opinião, a seriedade e as atitudes sistemáticas são características fundamentais para os relacionamentos de trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

18) Do meu ponto de vista, as pessoas devem ficar preocupadas com o trabalho e não com o lazer.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

19) Na minha opinião, na sociedade atual, o trabalho é uma atividade em que a pessoa tem possibilidade de ser livre para expressar sua criatividade e conhecimento.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

20) Na minha opinião, problemas de ordem pessoal não devem interferir na realização do trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

21) Considero que nesta sociedade as pessoas têm autonomia e liberdade para decidir sobre suas vidas.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

22) Do meu ponto de vista, nas relações de trabalho, o ciúme é o sentimento que predomina entre os colegas.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

23) Na minha opinião, a principal característica do trabalhador deve ser a capacidade de ser flexível ao desempenhar seu trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

24) Do meu ponto de vista, independente de gostar do que faz, as atitudes no trabalho devem estar voltadas ao propósito de ganhar dinheiro.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

25) Do meu ponto de vista, o medo de ser substituído é o sentimento que tem prevalecido entre os trabalhadores.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

26) Na minha opinião, trabalho e lazer devem ser considerados como atividades totalmente diferentes.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

27) Na minha opinião, o sucesso no trabalho depende apenas do esforço pessoal e da capacidade de ser empreendedor, pois a sociedade oferece oportunidades iguais para todos.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

28) Na minha opinião, as pessoas tendem a sentir inveja dos colegas que são bem-sucedidos profissionalmente.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

29) Do meu ponto de vista, ser capaz de sempre apresentar resultados satisfatórios é o que realmente importa no desempenho do trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

30) Considero que, de modo geral, as pessoas têm prazer (satisfação) em realizar o trabalho.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

31) Do meu ponto de vista, o trabalhador deve ficar atento apenas à sua carreira profissional e despreocupar-se com o que acontece na sociedade.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

32) Considero a inovação essencial para o desempenho do trabalho na sociedade atual.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

33) Na minha opinião, o trabalhador deve sempre fazer o que lhe mandam, sem preocupar-se em demonstrar criatividade e inteligência.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

34) Na minha opinião, o trabalho é sempre uma forma de gratificação e realização pessoal.

1	2	3	4
----------	----------	----------	----------

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa e precisa decidir se quer responder aos itens do questionário proposto ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. O estudo está sendo conduzido sob a coordenação da professora Dr^a Branca Maria de Meneses e com a participação da aluna Camila Torres Ituassú do Mestrado de Psicologia da UFMS. A finalidade desta pesquisa é analisar aspectos concernentes às Relações Afetivas no Trabalho.

Você não terá nenhum tipo de prejuízo ao participar desse estudo.

Para perguntas ou problemas referentes ao estudo ligue para a professora Dr^a Branca Maria de Meneses (067) 99834721. Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo chame o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 33457187.

Sua participação no estudo é voluntária. Você pode escolher não fazer parte do estudo, ou pode desistir a qualquer momento.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte neste estudo.

Assinatura do Voluntário

Data _____

Assinatura do pesquisador

Data _____